MUNICÍPIO DE
SÃO JORGE D'OESTE
Estado do Paraná

www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ 76.995.380/0001-03

Prefeitura de São Jorge D'Oeste
LEILA DA ROCHA
PREFEITA
09/07/24

Leandro Pagliari Jacobs
Secretário Mun. de Administração,
Contabilidade e Finanças.
Decreto nº 4.095/2024.
09/07/24

Memorando Nº 295/2024

Da: Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Para: Divisão de Orçamentos

Considerando a necessidade de aquisição dos serviços/produtos abaixo relacionados, solicitamos a procedência da coleta de orçamentos para anexar ao DFD.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	SÉRIE	QUANT	QUANT. ANUAL	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT
	CONTRATAÇÃO DE VAN DE NO MÍNIMO 20 LUGARES **LINHA UNISEP - UNIOESTE – UTFPR E UNIPAR NA CIDADE DE FRANCISCO BELTRÃO** **NOTURNO**, início das aulas na UNISEP, Francisco Beltrão 19h15min às 22h45min. UNIPAR, Francisco Beltrão 19h às 22h45min, SESI/SENAI, início às 19h as 22h30min. UNIOESTE, início às 19h15min ás 22h45min. UTFPR, início às 19h30min término às 23 horas. Saindo do Posto Lourenço de São Jorge D´Oeste com destino as Faculdade em Francisco Beltrão. **Roteiro 1**: Saída do posto Lourenço às (17h30min), parada no Portal, entrada do CTG, Posto Coasul, Ponto de ônibus do Loteamento Baristella, no Trevo da entrada para o Limeira, segue pela PR 281, passando por Dois Vizinhos, parada no posto Bianco e segue até as Faculdades, UNISEP, chegando às 18h35min horas, passando pelo	Acadêmico	187 KM	220	km	1

	SESI/SENAI, ESSEI, UNIOESTE, CESUL, UNIPAR e UTFPR. **Roteiro 2**: Retorno às 23h da UTFPR, seguindo até UNIPAR, CESUL, UNIOESTE, ESSEI, seguindo até SESI/SENAI, UNISEP, voltando para São Jorge D´Oeste pela PR 281, chegando a São Jorge com paradas no Trevo de acesso, Ponto de ônibus do Loteamento Batistella, Posto Coasul, entrada do CTG, em frente à lanchonete vento Sul. Final da linha por volta das 00:30 horas. Alunos que residem no Distrito de Paranhos faz baldeação com a linha 13 PATO BRANCO, e seguem até o Distrito. **Percurso Rodado 187 km.** "LINHA GEOREFERENCIADA TOTAL DA LINHA 187 km dia" Conforme documentos em anexo. "CONTRATAÇÃO DE VAN DE NO MÍNIMO 20 LUGARES COM NO MÁXIMO DE 15 ANOS DE FABRICAÇÃO". TOTAL DE KM A SER CONTRATADO 187 KM POR DIA 220 DIAS LETIVOS.					

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do município de São Jorge D'Oeste, no sentido de viabilizar a presença dos acadêmicos para fazer curso universitário, nas intituições de ensino situadas na cidade de Francisco Beltrão, solicita a contratação de transporte acadêmico. A referida contratação, justifica-se pela necessidade de atender a Lei 779/2017, visto que o atual transporte de 46 lugares contratado não está comportando a quantidade de acadêmicos atual de 64 estudantes que necessitam do transporte. Também é importante destacar, que no pregão vigente o transporte não se desloca até a UTFPR e atualmente há alunos que frequentam a referida instituição de ensino. Por este motivo, é fundamental a contratação para a garantia de acesso e permanência dos estudantes nas instituições e é dever do município garantir o Transporte Universitário para os alunos que são amparados pela Lei 779/2017 que institui o Programa de Transporte Universitário e de alunos de cursos Técnicos no âmbito do município de São Jorge D' Oeste.

MUNICÍPIO DE
SÃO JORGE D'OESTE
Estado do Paraná
www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ 76.995.380/0001-03

São Jorge D'Oeste/Pr, 09 de julho de 2024.

CLARICE MADALENA SCHMITT AUGUSTIN
Secretária de Educação, Cultura e Esportes
Designada pelo Decreto n° 4104/2024

Prefeitura de São Jorge d'Oeste

Memorando 2.464/2024

Responder apenas via 1Doc

Leandro J. SACF

CC

Para
DVC

3 setores envolvidos
SACF DVC LIC
11/07/2024 11:23

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - VAN ACADÊMICO

Saudações,

Visando atender ao interesse da Secretaria Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças, solicito:

Indicação de dotação orçamentária para contratação de transporte escolar/acadêmico conforme relação e valores em anexo.

_

Leandro P. Jacobs

Secretário Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças.

PRECOS_VAN_LINHA_ACADEMICO__20240711_0001.pdf (272,27 KB) 1 download

Quem já visualizou? 2 ou mais pessoas

Despacho 1-2.464/2024

15/07/2024 10:44

(Respondido)

Simone F. DVC

Envolvidos internos acompanhando

CC

Em atenção a solicitação expedida por Vossa Senhoria através do memorando nº 2464/2024, informamos a existência de previsão orçamentária para assegurar o empenho das obrigações decorrentes da(s) aquisição(ões) de bens ou serviços constante do referido memorando, sendo que os mesmos poderão ser efetuados através da Dotação Orçamentária previamente existente conforme relatório em anexo, e caso necessário poderá ser complementado mediante abertura de crédito adicional suplementar conforme previsão na Lei Orçamentária Anual, utilizando como fonte de recursos o convênio indicado.

Att,

Saldo_das_contas_de_despesa_2464_2024.pdf (12,68 KB) 2 downloads

Este documento contém assinatura digital, realizada por **SIMONE FRANCESCHINA** CPF **055.XXX.XXX-90**.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse **https://pmsjo.1doc.com.br/verificacao/** e informe o código **28F5-7C98-492B-B18E**

Quem já visualizou? 1 pessoa

15/07/2024 10:45:26	Simone Franceschina DVC assinou digitalmente **Memorando 1- 2.464/2024** com o certificado **SIMONE FRANCESCHINA** CPF **055.XXX.XXX-90** conforme MP nº 2.200/2001 .
15/07/2024 10:46:05	Simone Franceschina DVC **arquivou**.
15/07/2024 10:46:05	Simone Franceschina DVC parou de acompanhar.

Despacho 2-2.464/2024

15/07/2024 16:07

(Encaminhado)

Leandro J. SACF

LIC

A/C Clodoaldo B.

CC

Para ciência.

_

Leandro P. Jacobs

Secretário Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças.

Quem já visualizou? 0 pessoas

Este documento contém assinatura digital, realizada por **SIMONE FRANCESCHINA** CPF **055.XXX.XXX-90**.
Para verificar a validade das assinaturas, acesse **https://pmsjo.1doc.com.br/verificacao/** e informe o código **28F5-7C98-492B-B18E**

Município de São Jorge D'Oeste - 2024

Saldo das contas de despesa

Calculado em: 15/07/2024

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F. PADRÃO/ ORIG/ APL/ DES/ DET)					Valor autorizado	Valor atualizado	Líquido empenhado	Saldo atual
07 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS					**677.472,82**	**677.472,82**	**249.118,72**	**428.354,10**
001 Departamento de Administração					**672.472,82**	**672.472,82**	**249.118,72**	**423.354,10**
04.122.0004.2026 Serviços Administrativos					**672.472,82**	**672.472,82**	**249.118,72**	**423.354,10**
3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO								
01730	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)	400.000,00	400.000,00	183.629,68	216.370,32
01740	E	00504	0504/99/99/00/00	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrioniniais não Previdenciárias	172.472,82	172.472,82	26.306,64	146.166,18
01750	E	01045	1045/01/07/00/00	Outros Recursos não Vinculados	100.000,00	100.000,00	39.182,40	60.817,60
002 Departamento de Contabilidade e Finanças					**5.000,00**	**5.000,00**	**0,00**	**5.000,00**
04.123.0005.2027 Administração Contabil e Financeira					**5.000,00**	**5.000,00**	**0,00**	**5.000,00**
3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO								
01990	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
				Total Geral	**677.472,82**	**677.472,82**	**249.118,72**	**428.354,10**

Critérios de seleção:

Data do cálculo: 15/07/2024
Orgão entre: 07 e 07
Natureza de despesa entre: 3.3.90.33.00.00 e 3.3.90.33.99.00

E - Grupo da fonte do exercício / EA - Grupo da fonte de exercícios anteriores

CONTRATAÇÃO DE VAN DE NO MÍNIMO 20 LUGARES. (LINHA UNISEP - UNIOESTE – UTFPR E UNIPAR NA CIDADE DE FRANCISCO BELTRÃO NOTURNO) 187 KM DIA , 220 DIAS ANO (TOTAL KM 41140)

PLANILHA FORMAÇÃO DE CUSTOS POR KM						
ROTEIRO- LINHA 12		LINHA UNISEP - UNIOESTE - UTFPR E UNIPAR				
NOME DA EMPRESA:		IDD COMERCIO E TRANSPORTES LTDA				
VEICULO (VAN)		VAN MINIMO 20 LUGARES				
ANO FABRICAÇÃO		2013				
COTAÇÃO TABELA /FIPE		150.000,00				
ANO DE USO		11				
KM RODADO ANO		41140				
Nº	**ITEM**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**TOTAL DE CUSTO**	**V. UNIT.**	**CUSTO P/KM**	**CUSTO TOTAL**
1	**CUSTOS VARIAVÉIS**					
1.1	COMBUSTÍVEL ÓLEO DIESEL (1 Litros 5,0 km)	LITROS	47.311,00	5,75	1,15	**1,15**
1.2	ÓLEOS LUBRIFICANTES (Troca a cada 10.000 Km 18 litros)	LITROS	1.481,04	20,00	0,04	**0,04**
1.3	PNEUS (4 Pneus Km/Rodado 40.000km)	UNIDADE	4.800,00	1.200,00	0,12	**0,12**
1.4	MANUTENÇÃO DO VEÍCULO 10%	UNIDADE	15.000,00	1.250,00	0,36	**0,36**
1.5	DESPESAS COM PESSOAL	UNIDADE	11.700,00	900,00	0,28	**0,28**
1.6	ENCARGOS SOCIAIS	UNIDADE	11.079,90	852,30	0,27	**0,27**
1.7	BENEFÍCIOS COM PESSOAL 5% sobre despesas com pessoal	UNIDADE	585,00	250,00	0,01	**0,01**
1.8	DESPESAS GERAIS	UNIDADE	2.000,00	200,00	0,05	**0,05**
TOTAL CUSTOS VARIAVEIS						**2,28**
2	**CUSTOS FIXOS**					
2.1	DEPRECIAÇÃO DE VEÍCULO (15% ao ano)	UNIDADE	22.500,00	1.875,00	0,55	**0,55**
2.2	SEGURO OBRIGATÓRIO	UNIDADE	9.600,00	800,00	0,23	**0,23**
2.3	C.R.L.V	UNIDADE	90,96	7,58	0,00	**0,00**

2600097

2.4	APÓLICE DE SEGURO	UNIDADE	3.360,00	280,00	0,08	**0,08**
2.5	VISTORIA INMETRO	UNIDADE	5.400,00	450,00	0,13	**0,13**
2.6	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	UNIDADE	2.400,00	200,00	0,06	**0,06**
2.7	DESPESA COM TREINAMENTO (Cursos)	UNIDADE	6.000,00	500,00	0,15	**0,15**
TOTAL CUSTOS FIXOS						**1,20**
TOTAL= CUSTOS VARIAVEIS + CUSTOS FIXOS						**3,48**
3	B.D.I E LUCRO (15%)		0,52			
TOTAL						**4,01**

Declaro no item "2.3 C.R.L.V" estar sem valor nas colunas de " CUSTO P/KM" e "CUSTO TOTAL", devido o valor resultante da fórmula sem inferior a 1 (um), sendo assim o próprio programa arredondou o valor para que ficasse apenas duas casas, após a virgula conforme especificado em edital. Cálculo seria: 90,96 / 41.140 = 0,00221098687

3001098

KIKE TURISMO

IDD COMERCIO E TRANSPORTES LTDA
CNPJ 29.712.514/0001-51
PRL. da Rua Professor Estevão Skorek, nº 1180
Bairro Jardim Concordia
85660-000 - Dois Vizinhos / PR

RAZÃO SOCIAL: IDD COMERCIO E TRANSPORTES LTDA
CNPJ: 29.712.514/0001-51
ENDEREÇO: PRL DA RUA PROFESSOR ESTEVÃO SKOREK, Nº 1180, BAIRRO JARDIM CONCÓRDIA, CIDADE DE DOIS VIZINHOS/PR
E-MAIL: IRIVALDIDOMENICO@GMAIL.COM
TELEFONE/CELULAR: (46) 99909-0712

Solicitamos a cotação de preços para:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	SÉRIE	QUANT	QUANT ANUAL	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT
01	CONTRATAÇÃO DE VAN DE NO MÍNIMO 20 LUGARES **LINHA UNISEP - UNIOESTE – UTFPR E UNIPAR NA CIDADE DE FRANCISCO BELTRÃO NOTURNO**, início das aulas na UNISEP, Francisco Beltrão 19h15min às 22h45min, UNIPAR, Francisco Beltrão 19h às 22h45min, SESI/SENAI, início às 19h as 22h30min. UNIOESTE, inicio às 19h15min ás 22h45min. UTFPR, início às 19h30min término às 23 horas. Saindo do Posto Lourenço de São Jorge D´Oeste com destino as Faculdade em Francisco Beltrão. **Roteiro 1**: Saída do posto Lourenço às (17h30min), parada no Portal, entrada do CTG, Posto Coasul, Ponto de ônibus do Loteamento Batistella, no Trevo da entrada para o Limeira, segue pela PR 281, passando por Dois Vizinhos, parada no posto Bianco e segue até as Faculdades, UNISEP, chegando às 18h35min horas, passando pelo SESI/SENAI, ESSEI, UNIOESTE, CESUL, UNIPAR e UTFPR.	Acadêmico	187 KM	220	km	4,01

KIKE TURISMO

IDD COMERCIO E TRANSPORTES LTDA
CNPJ 29.712.514/0001-51
RUA da Rua Professor Estevão Skorek, nº 1180
Bairro Jardim Concordia
85660-000 - Dois Vizinhos / PR

	Roteiro 2: Retorno às 23h da UTFPR, seguindo até UNIPAR, CESUL, UNIOESTE, ESSEI, seguindo até SESI/SENAI, UNISEP, voltando para São Jorge D´Oeste pela PR 281, chegando a São Jorge com paradas no Trevo de acesso, Ponto de ônibus do Loteamento Batistella, Posto Coasul, entrada do CTG, em frente à lanchonete vento Sul. Final da linha por volta das 00:30 horas. Alunos que residem no Distrito de Paranhos faz baldeação com a linha 13 PATO BRANCO, e seguem até o Distrito. **Percurso Rodado 187 km**. "LINHA GEOREFERENCIADA TOTAL DA LINHA 187 km dia" Conforme documentos em anexo. "CONTRATAÇÃO DE VAN DE NO MÍNIMO 20 LUGARES COM NO MÁXIMO DE 15 ANOS DE FABRICAÇÃO". TOTAL DE KM A SER CONTRATADO 187 KM POR DIA 220 DIAS LETIVOS.					

DATA, LOCAL E HORA: 10/07/2024, DOIS VIZINHOS/PR E 13h49.

ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL QUE FORNECEU AS INFORMAÇÕES:

IDD COMERCIO E TRANSPORTES LTDA
CNPJ: 29.712.514/0001-51
IRIVAL DI DOMENICO
CPF: 082.350.869-21

skymail
SOLUÇÕES EM NUVEM

Re: SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA TRANSPORTE ACADEMICO.

De Irival Di Domenico <irivaldidomenico@hotmail.com>
Para compras2 <compras2@pmsjorge.pr.gov.br>
Data 10/07/2024 14:15

DOCUMENTO IDD.pdf (~389 KB)

PLANILHA DE CUSTOS TRANSPORTE IDD COMERCIO.xlsx (~28 KB)

Segue orçamento empresa
Kike turismo

Att
Irival Di Domenico
46 999090712

De: compras2 <compras2@pmsjorge.pr.gov.br>
Enviado: Wednesday, July 10, 2024 11:52:48 AM
Para: Irivaldidomenico@hotmail.com <Irivaldidomenico@hotmail.com>
Assunto: SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA TRANSPORTE ACADEMICO.

Bom dia,

Segue Documento em Anexo lista com referidos produtos para a cotação de Preços.

FAVOR CONFIRMAR O RECEBIMENTO.

Qualquer dúvida estamos à disposição.

No aguardo,

Ana Luiza

Divisão de Compras

Prefeitura Municipal São Jorge D'Oeste

(46) 3534-8057

CONTRATAÇÃO DE VAN DE NO MÍNIMO 20 LUGARES. (LINHA UNISEP - UNIOESTE – UTFPR E UNIPAR NA CIDADE DE FRANCISCO BELTRÃO NOTURNO) 187 KM DIA , 220 DIAS ANO (TOTAL KM 41140)

PLANILHA FORMAÇÃO DE CUSTOS POR KM						
ROTEIRO- LINHA 12		LINHA UNISEP - UNIOESTE - UTFPR E UNIPAR				
NOME DA EMPRESA:		SOLETUR TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA				
VEICULO (VAN)		VAN MINIMO 20 LUGARES				
ANO FABRICAÇÃO		2015				
COTAÇÃO TABELA /FIPE		170.000,00				
ANO DE USO		9				
KM RODADO ANO		41140				
Nº	ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	TOTAL DE CUSTO	V. UNIT.	CUSTO P/KM	CUSTO TOTAL
1	CUSTOS VARIAVÉIS					
1.1	COMBUSTÍVEL ÓLEO DIESEL (1 Litros 5,0 km)	LITROS	47.722,40	5,80	1,16	**1,16**
1.2	ÓLEOS LUBRIFICANTES (Troca a cada 10.000 Km 18 litros)	LITROS	1.851,30	25,00	0,05	**0,05**
1.3	PNEUS (4 Pneus Km/Rodado 40.000km)	UNIDADE	4.840,00	1.210,00	0,12	**0,12**
1.4	MANUTENÇÃO DO VEÍCULO 10%	UNIDADE	17.000,00	1.416,67	0,41	**0,41**
1.5	DESPESAS COM PESSOAL	UNIDADE	11.661,00	897,00	0,28	**0,28**
1.6	ENCARGOS SOCIAIS	UNIDADE	11.079,90	852,30	0,27	**0,27**
1.7	BENEFÍCIOS COM PESSOAL 5% sobre despesas com pessoal	UNIDADE	583,05	225,00	0,01	**0,01**
1.8	DESPESAS GERAIS	UNIDADE	2.100,00	210,00	0,05	**0,05**
	TOTAL CUSTOS VARIAVEIS					**2,35**
2	CUSTOS FIXOS					
2.1	DEPRECIAÇÃO DE VEÍCULO (15% ao ano)	UNIDADE	25.500,00	2.125,00	0,62	**0,62**
2.2	SEGURO OBRIGATÓRIO	UNIDADE	9.840,00	820,00	0,24	**0,24**
2.3	C.R.L.V	UNIDADE	90,96	7,58	0,00	**0,00**

190012

2.4	APÓLICE DE SEGURO	UNIDADE	3.360,00	280,00	0,08	**0,08**
2.5	VISTORIA INMETRO	UNIDADE	5.400,00	450,00	0,13	**0,13**
2.6	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	UNIDADE	2.580,00	215,00	0,06	**0,06**
2.7	DESPESA COM TREINAMENTO (Cursos)	UNIDADE	6.480,00	540,00	0,16	**0,16**
TOTAL CUSTOS FIXOS						**1,29**
TOTAL= CUSTOS VARIAVEIS + CUSTOS FIXOS						**3,65**
3	B.D.I E LUCRO (15%)		0,55			
TOTAL						**4,20**

Declaro no item "2.3 C.R.L.V" estar sem valor nas colunas de " CUSTO P/KM" e "CUSTO TOTAL", devido o valor resultante da fórmula sem inferior a 1 (um), sendo assim o próprio programa arredondou o valor para que ficasse apenas duas casas, após a virgula conforme especificado em edital. Cálculo seria: 90,96 / 41.140 = 0,00221098687

3001

SOLETUR TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA
CNPJ 23.585.184/0001-02
Rua Duque de Caxias, n°1099
Bairro Santo Antonio
85.507-310 – Pato Branco / PR

RAZÃO SOCIAL: SOLETUR TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA
CNPJ: 23.585.184/0001-02
ENDEREÇO: RUA DUQUE DE CAXIAS, Nº 1099, BAIRRO SANTO ANTONIO, CIDADE DE PATO BRANCO/PR
E-MAIL: TRIBUTACAO@JDFCONTABIL.COM.BR
TELEFONE/CELULAR: (46) 99116-5695

Solicitamos a cotação de preços para:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	SÉRIE	QUANT	QUANT ANUAL	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT
01	CONTRATAÇÃO DE VAN DE NO MÍNIMO 20 LUGARES **LINHA UNISEP - UNIOESTE – UTFPR E UNIPAR NA CIDADE DE FRANCISCO BELTRÃO NOTURNO**, início das aulas na UNISEP, Francisco Beltrão 19h15min às 22h45min, UNIPAR, Francisco Beltrão 19h às 22h45min, SESI/SENAI, início às 19h as 22h30min. UNIOESTE, início às 19h15min ás 22h45min. UTFPR, início às 19h30min término às 23 horas. Saindo do Posto Lourenço de São Jorge D´Oeste com destino as Faculdade em Francisco Beltrão. **Roteiro 1**: Saída do posto Lourenço às (17h30min), parada no Portal, entrada do CTG, Posto Coasul, Ponto de ônibus do Loteamento Batistella, no Trevo da entrada para o Limeira, segue pela PR 281, passando por Dois Vizinhos, parada no posto Bianco e segue até as Faculdades, UNISEP, chegando às 18h35min horas, passando pelo SESI/SENAI, ESSEI, UNIOESTE, CESUL, UNIPAR e UTFPR.	Acadêmico	187 KM	220	km	4,20

SOLETUR TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA
CNPJ 23.585.184/0001-02
Rua Duque de Caxias, nº1099
Bairro Santo Antonio
85.507-310 – Pato Branco / PR

	Roteiro 2: Retorno às 23h da UTFPR, seguindo até UNIPAR, CESUL, UNIOESTE, ESSEI, seguindo até SESI/SENAI, UNISEP, voltando para São Jorge D´Oeste pela PR 281, chegando a São Jorge com paradas no Trevo de acesso, Ponto de ônibus do Loteamento Batistella, Posto Coasul, entrada do CTG, em frente à lanchonete vento Sul. Final da linha por volta das 00:30 horas. Alunos que residem no Distrito de Paranhos faz baldeação com a linha 13 PATO BRANCO, e seguem até o Distrito. **Percurso Rodado 187 km**. "LINHA GEOREFERENCIADA TOTAL DA LINHA 187 km dia" Conforme documentos em anexo. "CONTRATAÇÃO DE VAN DE NO MÍNIMO 20 LUGARES COM NO MÁXIMO DE 15 ANOS DE FABRICAÇÃO". TOTAL DE KM A SER CONTRATADO 187 KM POR DIA 220 DIAS LETIVOS.					

DATA, LOCAL E HORA: 11/07/2024, DOIS VIZINHOS/PR E 09:37h.

ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL QUE FORNECEU AS INFORMAÇÕES:

gov.br Documento assinado digitalmente
NATHAN GABRIEL SOLETTI DE LARA
Data: 11/07/2024 10:05:53-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

SOLETUR TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA
CNPJ: 23.585.184/0001-02

skymail
SOLUÇÕES EM NUVEM

Segue orçamento

De Soletur Transporte <soleturtransporte@gmail.com>
Para compras2 <compras2@pmsjorge.pr.gov.br>
Data 11/07/2024 10:16

SOLICITACAO_DE_ONIBUS_DE_TRANSPORTE_ACADEMICO_SOLETUR_TRANSPORTE_DE_PA... (~113 KB)
PLANILHA DE CUSTOS TRANSPORTE SOLETUR TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA.xlsx (~29 KB)

Segue orçamento solicitado

CONTRATAÇÃO DE VAN DE NO MÍNIMO 20 LUGARES. (LINHA UNISEP - UNIOESTE – UTFPR E UNIPAR NA CIDADE DE FRANCISCO BELTRÃO NOTURNO) 187 KM DIA , 220 DIAS ANO (TOTAL KM 41140)

PLANILHA FORMAÇÃO DE CUSTOS POR KM						
ROTEIRO- LINHA 12		LINHA UNISEP - UNIOESTE - UTFPR E UNIPAR				
NOME DA EMPRESA:		LARATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA				
VEICULO (VAN)		VAN MINIMO 20 LUGARES				
ANO FABRICAÇÃO		2010				
COTAÇÃO TABELA /FIPE		130.000,00				
ANO DE USO		14				
KM RODADO ANO		41140				
Nº	ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	TOTAL DE CUSTO	V. UNIT.	CUSTO P/KM	CUSTO TOTAL
1	CUSTOS VARIAVÉIS					
1.1	COMBUSTÍVEL ÓLEO DIESEL (1 Litros 5,0 km)	LITROS	48.133,80	5,85	1,17	**1,17**
1.2	ÓLEOS LUBRIFICANTES (Troca a cada 10.000 Km 18 litros)	LITROS	2.073,46	28,00	0,05	**0,05**
1.3	PNEUS (4 Pneus Km/Rodado 40.000km)	UNIDADE	8.000,00	2.000,00	0,19	**0,19**
1.4	MANUTENÇÃO DO VEÍCULO 10%	UNIDADE	13.000,00	1.083,33	0,32	**0,32**
1.5	DESPESAS COM PESSOAL	UNIDADE	13.000,00	1.000,00	0,32	**0,32**
1.6	ENCARGOS SOCIAIS	UNIDADE	11.700,00	900,00	0,28	**0,28**
1.7	BENEFÍCIOS COM PESSOAL 5% sobre despesas com pessoal	UNIDADE	650,00	500,00	0,02	**0,02**
1.8	DESPESAS GERAIS	UNIDADE	8.000,00	800,00	0,19	**0,19**
TOTAL CUSTOS VARIAVEIS						**2,54**
2	CUSTOS FIXOS					
2.1	DEPRECIAÇÃO DE VEÍCULO (15% ao ano)	UNIDADE	19.500,00	1.625,00	0,47	**0,47**
2.2	SEGURO OBRIGATÓRIO	UNIDADE	10.560,00	880,00	0,26	**0,26**
2.3	C.R.L.V	UNIDADE	90,96	7,58	0,00	**0,00**

2.4	APÓLICE DE SEGURO	UNIDADE	3.360,00	280,00	0,08	**0,08**
2.5	VISTORIA INMETRO	UNIDADE	5.400,00	450,00	0,13	**0,13**
2.6	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	UNIDADE	4.800,00	400,00	0,12	**0,12**
2.7	DESPESA COM TREINAMENTO (Cursos)	UNIDADE	7.200,00	600,00	0,18	**0,18**
TOTAL CUSTOS FIXOS						**1,24**
TOTAL= CUSTOS VARIAVEIS + CUSTOS FIXOS						**3,78**
3	B.D.I E LUCRO (15%)		0,57			
TOTAL						**4,35**

Declaro no item "2.3 C.R.L.V" estar sem valor nas colunas de " CUSTO P/KM" e "CUSTO TOTAL", devido o valor resultante da fórmula sem inferior a 1 (um), sendo assim o próprio programa arredondou o valor para que ficasse apenas duas casas, após a virgula conforme especificado em edital. Cálculo seria: 90,96 / 41.140 = 0,00221098687

3900018

LARATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA
CNPJ 43.526.398/0001-07
Rua Industrial, nº 623
Bairro Industrial
85.506-520 – Pato Branco / PR

RAZÃO SOCIAL: LARATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA
CNPJ: 43.526.398/0001-07
ENDEREÇO: RUA INDUSTRIAL, Nº 623, BAIRRO INDUSTRIAL, CIDADE DE PATO BRANCO/PR
E-MAIL: LARATURTRANSPORTEETURISMO@GMAIL.COM
TELEFONE/CELULAR: (46) 99923-4687

Solicitamos a cotação de preços para:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	SÉRIE	QUANT	QUANT ANUAL	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT
01	CONTRATAÇÃO DE VAN DE NO MÍNIMO 20 LUGARES **LINHA UNISEP - UNIOESTE – UTFPR E UNIPAR NA CIDADE DE FRANCISCO BELTRÃO NOTURNO**, início das aulas na UNISEP, Francisco Beltrão 19h15min às 22h45min, UNIPAR, Francisco Beltrão 19h às 22h45min, SESI/SENAI, início às 19h as 22h30min. UNIOESTE, início às 19h15min ás 22h45min. UTFPR, início às 19h30min término às 23 horas. Saindo do Posto Lourenço de São Jorge D´Oeste com destino as Faculdade em Francisco Beltrão. **Roteiro 1**: Saída do posto Lourenço às (17h30min), parada no Portal, entrada do CTG, Posto Coasul, Ponto de ônibus do Loteamento Batistella, no Trevo da entrada para o Limeira, segue pela PR 281, passando por Dois Vizinhos, parada no posto Bianco e segue até as Faculdades, UNISEP, chegando às 18h35min horas, passando pelo SESI/SENAI, ESSEI, UNIOESTE, CESUL, UNIPAR e UTFPR.	Acadêmico	187 KM	220	km	4,35

LARATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA
CNPJ 43.526.398/0001-07
Rua Industrial, nº 623
Bairro Industrial
85.506-520 – Pato Branco / PR

	Roteiro 2: Retorno às 23h da UTFPR, seguindo até UNIPAR, CESUL, UNIOESTE, ESSEI, seguindo até SESI/SENAI, UNISEP, voltando para São Jorge D´Oeste pela PR 281, chegando a São Jorge com paradas no Trevo de acesso, Ponto de ônibus do Loteamento Batistella, Posto Coasul, entrada do CTG, em frente à lanchonete vento Sul. Final da linha por volta das 00:30 horas. Alunos que residem no Distrito de Paranhos faz baldeação com a linha 13 PATO BRANCO, e seguem até o Distrito. **Percurso Rodado 187 km.** "LINHA GEOREFERENCIADA TOTAL DA LINHA 187 km dia" Conforme documentos em anexo. "CONTRATAÇÃO DE VAN DE NO MÍNIMO 20 LUGARES COM NO MÁXIMO DE 15 ANOS DE FABRICAÇÃO". TOTAL DE KM A SER CONTRATADO 187 KM POR DIA 220 DIAS LETIVOS.					

DATA, LOCAL E HORA: 11/07/2024, DOIS VIZINHOS/PR E 10:02h.

ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL QUE FORNECEU AS INFORMAÇÕES:

gov.br Documento assinado digitalmente
ADRIEL LOPES DE LARA
Data: 11/07/2024 10:11:51-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

LARATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA
CNPJ: 43.526.398/0001-07

skymail
SOLUÇÕES EM NUVEM

Re: SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA TRANSPORTE ACADEMICO.

De Adriel Lopes de Lara <laraturtransporteeturismo@gmail.com>
Para compras2 <compras2@pmsjorge.pr.gov.br>
Data 11/07/2024 10:18

SOLICITACAO_DE_ONIBUS_DE_TRANSPORTE_ACADEMICO_LARATUR_assinado.pdf (~112 KB)
PLANILHA DE CUSTOS TRANSPORTE LARATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA.xlsx (~29 KB)

Segue orçamento

Enviado do meu iPhone

> Em 11 de jul. de 2024, à(s) 09:15, Adriel Lopes de Lara <laraturtransporteeturismo@gmail.com> escreveu:
>
> Segue orçamento
> <SOLICITACAO_DE_ONIBUS_DE_TRANSPORTE_ACADEMICO_LARATUR_assinado.pdf>
>
> Enviado do meu iPhone
>
> > Em 11 de jul. de 2024, à(s) 08:21, compras2 <compras2@pmsjorge.pr.gov.br> escreveu:
> >
> > Bom dia,
> >
> > Segue Documento em Anexo lista com referidos produtos para a cotação de Preços.
> >
> > **FAVOR CONFIRMAR O RECEBIMENTO.**
> >
> > Qualquer dúvida estamos à disposição.
> >
> > No aguardo,
> >
> > ***Ana Luiza***
> >
> > Divisão de Compras
> >
> > Prefeitura Municipal São Jorge D'Oeste
> >
> > (46) 3534-8057
> >
> > <SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO TRANSPORTE ACADEMICO.docx>
> > <PLANILHA DE CUSTOS TRANSPORTE.xlsx>

skymail
SOLUÇÕES EM NUVEM

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA TRANSPORTE ACADEMICO.

De compras2 <compras2@pmsjorge.pr.gov.br>
Para <Irivaldidomenico@hotmail.com>
Data 10/07/2024 11:52

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO TRANSPORTE ACADEMICO.docx (~13 KB)
PLANILHA DE CUSTOS TRANSPORTE.xlsx (~27 KB)

Bom dia,

Segue Documento em Anexo lista com referidos produtos para a cotação de Preços.

FAVOR CONFIRMAR O RECEBIMENTO.

Qualquer dúvida estamos à disposição.

No aguardo,

Ana Luiza

Divisão de Compras

Prefeitura Municipal São Jorge D'Oeste

(46) 3534-8057

skymail
SOLUÇÕES EM NUVEM

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA TRANSPORTE ACADEMICO.

De compras2 <compras2@pmsjorge.pr.gov.br>
Para <tributacao@jdfcontabil.com.br>
Data 10/07/2024 11:53

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO TRANSPORTE ACADEMICO.docx (~13 KB)
PLANILHA DE CUSTOS TRANSPORTE.xlsx (~27 KB)

Bom dia,

Segue Documento em Anexo lista com referidos produtos para a cotação de Preços.

FAVOR CONFIRMAR O RECEBIMENTO.

Qualquer dúvida estamos à disposição.

No aguardo,

Ana Luiza

Divisão de Compras

Prefeitura Municipal São Jorge D'Oeste

(46) 3534-8057

skymail
SOLUÇÕES EM NUVEM

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA TRANSPORTE ACADEMICO.

De compras2 <compras2@pmsjorge.pr.gov.br>
Para <Julianefae@yahoo.com.br>
Data 10/07/2024 12:57

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO TRANSPORTE ACADEMICO.docx (~13 KB)
PLANILHA DE CUSTOS TRANSPORTE.xlsx (~27 KB)

Bom dia,

Segue Documento em Anexo lista com referidos produtos para a cotação de Preços.

FAVOR CONFIRMAR O RECEBIMENTO.

Qualquer dúvida estamos à disposição.

No aguardo,

Ana Luiza

Divisão de Compras

Prefeitura Municipal São Jorge D'Oeste

(46) 3534-8057

skymail
SOLUÇÕES EM NUVEM

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA TRANSPORTE ACADEMICO.

De compras2 <compras2@pmsjorge.pr.gov.br>
Para <Soleturtransporte@gmail.com>
Data 11/07/2024 09:21

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO TRANSPORTE ACADEMICO.docx (~13 KB)
PLANILHA DE CUSTOS TRANSPORTE.xlsx (~27 KB)

Bom dia,

Segue Documento em Anexo lista com referidos produtos para a cotação de Preços.

FAVOR CONFIRMAR O RECEBIMENTO.

Qualquer dúvida estamos à disposição.

No aguardo,

Ana Luiza

Divisão de Compras

Prefeitura Municipal São Jorge D'Oeste

(46) 3534-8057

skymail
SOLUÇÕES EM NUVEM

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA TRANSPORTE ACADEMICO.

De compras2 <compras2@pmsjorge.pr.gov.br>
Para <Laraturtransporteeturismo@gmail.com>
Data 11/07/2024 09:21

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO TRANSPORTE ACADEMICO.docx (~13 KB)
PLANILHA DE CUSTOS TRANSPORTE.xlsx (~27 KB)

Bom dia,

Segue Documento em Anexo lista com referidos produtos para a cotação de Preços.

FAVOR CONFIRMAR O RECEBIMENTO.

Qualquer dúvida estamos à disposição.

No aguardo,

Ana Luiza

Divisão de Compras

Prefeitura Municipal São Jorge D'Oeste

(46) 3534-8057

Município de
SÃO JORGE D'OESTE
Estado do Paraná
www.pmsjorge.pr.gov.br / CNPJ 76.995.380/0001-03

MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS DA PESQUISA DE MERCADO

OBJETO: TRANSPORTE ACADEMICO

	NOME DA EMPRESA	CNPJ	Observação
COTAÇÃO 1	LARATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA	43.526.398/0001-07	11/07/24
COTAÇÃO 2	SOLETUR TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA	23.585.184/0001-02	11/07/24
COTAÇÃO 3	IDD COMERCIO E TRANSPORTES LTDA	29.712.514/0001-51	10/07/24

VALOR R$

ITEM	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD	COT 1	COT 2	COT 3	MENOR PREÇO	MAIOR PREÇO	MÉDIA SIMPLES	Valor Global
1	CONTRATAÇÃO DE VAN DE NO MÍNIMO 20 LUGARES LINHA UNISEP - UNIOESTE – UTFPR E UNIPAR NA CIDADE DE FRANCISCO BELTRÃO NOTURNO, inicio das aulas na UNISEP, Francisco Beltrão 19h15min às 22h45min, UNIPAR, Francisco Beltrão 19h às 22h45min, SESI/SENAI, início às 19h as 22h30min. UNIOESTE, início às 19h15min ás 22h45min. UTFPR, início às 19h30min término às 23 horas. Saindo do Posto Lourenço de São Jorge D´Oeste com destino as Faculdade em Francisco Beltrão. Roteiro 1: Saída do posto Lourenço às (17h30min), parada no Portal, entrada do CTG, Posto Coasul, Ponto de ônibus do Loteamento Batistella, no Trevo da entrada para o Limeira, segue pela PR 281, passando por Dois Vizinhos, parada no posto Bianco e segue até as Faculdades, UNISEP, chegando às 18h35min horas, passando pelo SESI/SENAI, ESSEI, UNIOESTE, CESUL, UNIPAR e UTFPR. Roteiro 2: Retorno às 23h da UTFPR, seguindo até UNIPAR, CESUL, UNIOESTE, ESSEI, seguindo até SESI/SENAI, UNISEP, voltando para São Jorge D´Oeste pela PR 281, chegando a São Jorge com paradas no Trevo de acesso, Ponto de ônibus do Loteamento Batistella, Posto Coasul, entrada do CTG, em frente à lanchonete vento Sul. Final da linha por volta das 00:30 horas. Alunos que residem no Distrito de Paranhos faz baldeação com a linha 13 PATO BRANCO, e seguem até o Distrito. Percurso Rodado 187 km. "LINHA GEOREFERENCIADA	KM	41140	4,35	4,20	4,01	4,01	4,35	4,19	172.376,60

Responsavel pela cotação

PAULO DUARTE DA SILVA

OBS.: FOI REALIZADO PESQUISA DE PREÇO EM EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS - PR E PATO BRANCO - PR, FOI ADOTADO CRITERIO DE APURAÇÃO MÉDIA DE PREÇO ENTRE OS ORÇAMENTOS.

São Jorge D'Oeste, 11 JULHO de 2024.

APROVAÇÃO:

TOTAL: 172.376,60

[ ] COMPRA DIRETA
[ ] CONTRATO
[X] LICITAÇÃO

ASSINATURA DO RESPONSAVEL

2710027

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

DFD Nº 29/2024

São Jorge D'Oeste/Pr, 18 de julho de 2024.

Da:
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE-PR.

Para:
EQUIPE TÉCNICA DE LICITAÇÃO

1 - DESCRIÇÃO DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPESCIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS UNIVERSITÁRIOS PARA A CIDADE DE FRANCISCO BELTRÃO, COM VEÍCULO QUE DEVERÁ SEGUIR AS ORIENTAÇÕES DO DETRAN, DENATRAN E CONTRAN, BEM COMO LEGISLAÇAO PERTINENTE, PARA ATENDER A LEI 779/2017 E SOCILITAÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE.

1.1 – DESCRITIVO DO PRODUTO

Av. Iguaçu, 281 |Cx. Postal 31| 46 3534-8050| CEP 85575-0000| São Jorge D'Oeste - Paraná

ITEM	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND
1	**CONTRATAÇÃO DE VAN DE NO MÍNIMO 20 LUGARES LINHA UNISEP - UNIOESTE – UTFPR E UNIPAR NA CIDADE DE FRANCISCO BELTRÃO NOTURNO, início das aulas na UNISEP, Francisco Beltrão 19h15min às 22h45min, UNIPAR, Francisco Beltrão 19h às 22h45min, SESI/SENAI, início às 19h as 22h30min. UNIOESTE, início às 19h15min ás 22h45min. UTFPR, início às 19h30min término às 23 horas. Saindo do Posto Lourenço de São Jorge D´Oeste com destino as Faculdade em Francisco Beltrão. Roteiro 1: Saída do posto Lourenço às (17h30min), parada no Portal, entrada do CTG, Posto Coasul, Ponto de ônibus do Loteamento Batistella, no Trevo da entrada para o Limeira, segue pela PR 281, passando por Dois Vizinhos, parada no posto Bianco e segue até as Faculdades, UNISEP, chegando às 18h35min horas, passando pelo SESI/SENAI, ESSEI, UNIOESTE, CESUL, UNIPAR e UTFPR. Roteiro 2: Retorno às 23h da UTFPR, seguindo até UNIPAR, CESUL, UNIOESTE, ESSEI, seguindo até SESI/SENAI, UNISEP, voltando para São Jorge D´Oeste pela PR 281, chegando a São Jorge com paradas no Trevo de acesso, Ponto de ônibus do Loteamento Batistella, Posto Coasul, entrada do CTG, em frente à lanchonete vento Sul. Final da linha por volta das 00:30 horas. Alunos que residem no Distrito de Paranhos faz baldeação com a linha 13 PATO BRANCO, e seguem até o Distrito. Percurso Rodado 187 km. "LINHA GEOREFERENCIADA TOTAL DA LINHA 187 km dia" Conforme documentos em anexo. "CONTRATAÇÃO DE VAN DE NO MÍNIMO 20 LUGARES COM NO MÁXIMO DE 15 ANOS DE FABRICAÇÃO". TOTAL DE KM A SER CONTRATADO 187 KM POR DIA 220 DIAS LETIVOS.**	**KM**

2 – PREVISÃO DA DEMANDA NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A contratação está prevista no PCA 2023/2024, trata-se de transporte acadêmico, para a promoção da educação de 3° grau ou profissionalizante em Instituições autorizadas pelo MEC, em municípios vizinhos, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças de São Jorge D'Oeste.

3 - JUSTIFICATIVA DA QUANTIDADE A SER CONTRATADA

A Secretaria Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças, visando attender a necessidade da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do município de São Jorge D'Oeste, no sentido de viabilizar a presença dos acadêmicos para fazer curso universitário, nas intituições de ensino situadas na cidade de Francisco Beltrão, solicita a contratação de transporte acadêmico. A referida contratação, justifica-se pela necessidade de atender a Lei 779/2017, visto que o atual transporte de 46 lugares contratado não está comportando a quantidade de acadêmicos atual de 64 estudantes que necessitam do transporte. Também é importante destacar, que no pregão vigente o transporte não se desloca até a UTFPR e atualmente há alunos que frequentam a referida instituição de ensino. Por este motivo, é fundamental a contratação para a garantia de acesso e permanência dos estudantes nas instituições e é dever do município garantir o Transporte Universitário para os alunos que são amparados pela Lei 779/2017 que institui o Programa de Transporte Universitário e de alunos de cursos Técnicos no âmbito do município de São Jorge D' Oeste.

O quantitativo foi estipulado, calculando-se dias letivos ao ano (220 dias) percorrendo em média 187 km por dia, como se segue:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	SÉRIE	UND.	QUANT. DIÁRIA	QUANT. ANUAL	QUANT. TOTAL
1	**CONTRATAÇÃO DE VAN DE NO MÍNIMO 20 LUGARES LINHA UNISEP - UNIOESTE – UTFPR E UNIPAR NA CIDADE DE FRANCISCO BELTRÃO NOTURNO, *início das aulas na* UNISEP, *Francisco* Beltrão 19h15min às 22h45min, UNIPAR, Francisco Beltrão 19h às 22h45min, SESI/SENAI, início às 19h as 22h30min. UNIOESTE, início às 19h15min ás 22h45min. UTFPR, início às 19h30min término às 23 horas. Saindo do Posto Lourenço de São Jorge D´Oeste com destino as Faculdade em Francisco Beltrão. Roteiro 1: Saída do posto Lourenço às (17h30min), parada no Portal, entrada do CTG, Posto Coasul, Ponto de ônibus do Loteamento Batistella, no Trevo da entrada**	ACADÊMICO	KM	187	220	41.140 KM

	para o Limeira, segue pela PR 281, passando por Dois Vizinhos, parada no posto Bianco e segue até as Faculdades, UNISEP, chegando às 18h35min horas, passando pelo SESI/SENAI, ESSEI, UNIOESTE, CESUL, UNIPAR e UTFPR. **Roteiro 2: Retorno às 23h da UTFPR, seguindo até UNIPAR, CESUL, UNIOESTE, ESSEI, seguindo até SESI/SENAI, UNISEP, voltando para São Jorge D´Oeste pela PR 281, chegando a São Jorge com paradas no Trevo de acesso, Ponto de ônibus do Loteamento Batistella, Posto Coasul, entrada do CTG, em frente à lanchonete vento Sul. Final da linha por volta das 00:30 horas. Alunos que residem no Distrito de Paranhos faz baldeação com a linha 13 PATO BRANCO, e seguem até o Distrito.** **Percurso Rodado 187 km. "LINHA GEOREFERENCIADA** ***TOTAL DA LINHA 187 km dia" Conforme documentos* em anexo. "CONTRATAÇÃO DE VAN DE NO MÍNIMO 20 LUGARES COM NO MÁXIMO DE 15 ANOS DE FABRICAÇÃO". TOTAL DE KM A SER CONTRATADO 187 KM POR DIA 220 DIAS LETIVOS.**					

4– PREVISÃO DE DATA DESEJADA PARA A CONTRATAÇÃO;

Verifica-se a necessidade de contratação imediata, visto que, busca-se atender os acadêmicos no segundo semestre de 2024.

5 - GRAU DE PRIORIDADE DA COMPRA OU CONTRATAÇÃO;

Verifica-se a existência de ALTO grau de comprometimento dos itens solicitados, tendo em vista a necessidade em atendimento aos alunos.

6- CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA ATÉ NÍVEL DE ELEMENTO E DESDOBRAMENTOS

Município de São Jorge D'Oeste - 2024
Saldo das contas de despesa
Calculado em: 15/07/2024

Página:1

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso / F. PADRÃO ORIG/APL/DES/DET)					Valor autorizado	Valor atualizado	Líquido empenhado	Saldo atual
01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS					677.472,82	677.472,82	249.118,72	428.354,10
001 Departamento de Administração					672.472,82	672.472,82	249.118,72	423.354,10
04.122.0004.2026 Serviços Administrativos					672.472,82	672.472,82	249.118,72	423.354,10
3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO								
01730	E	00000	0000/01/0700/00	Recursos Ordinários (Livres)	400.000,00	400.000,00	183.629,68	216.370,32
01740	E	00504	0504/99/9900/00	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	172.472,82	172.472,82	26.306,64	146.166,18
01750	E	01565	1565/01/0700/00	Outros Recursos não Vinculados	100.000,00	100.000,00	39.182,40	60.817,60
002 Departamento de Contabilidade e Finanças					5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
04.123.0005.2027 Administração Contábil e Financeira					5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO								
01990	E	00000	0000/01/0700/00	Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
				Total Geral	677.472,82	677.472,82	249.118,72	428.354,10

Critérios de seleção:
Data do cálculo: 15/07/2024
Órgão entre: 07 e 07
Natureza de despesa entre: 3.3.90.33.00.00 e 3.3.90.33.99.00

Emitido por: Simone Franceschina, na versão: 5535-c — 15/07/2024 10:39:47
E - Grupo da fonte do exercício / EA - Grupo da fonte de exercícios anteriores

7 - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, ANÁLISE DE RISCOS, TERMO DE REFERÊNCIA, PROJETO BÁSICO OU PROJETO EXECUTIVO

Deverá ser com especificações técnicas alocadas junto ao TERMO DE REFERÊNCIA.

8 – HALBILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO MINIMA

A Divisão de licitação proverá rol de documentação de habilitação e qualificação necessária, junto ao TERMO DE REFERÊNCIA.

9 - INDICAÇÃO DO RESPONÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DESTE INSTRUMENTO

Estará sob a responsabilidade dos servidores indicados no Decreto nº 4.358/2024, de onde se extrai que o **Gestor do Contrato** é o Secretário nomeado para a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes. Ainda, no anexo I do referido Decreto, fica designada a servidora Alice de Fatima Agostini Parcianello como Fiscal Técnico, Camila Belusso como Fiscal Administrativo e Elisabete Crestina Pegorini Matei Fiscal Setorial.

10– AUTORIZAÇÃO DO EXECUTIVO.

Por fim requer seja enviado o feito a divisão de licitação para autorização do executivo e demais atos necessários visando a elaboração do caderno para conclusão do feito, nos termos da Lei 14.133/21.

Leandro Pagliari Jacobs
Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças
Designada pelo Decreto n° 4.358/2024

Av. Iguaçu, 281 |Cx. Postal 31| 46 3534-8050| CEP 85575-0000| São Jorge D'Oeste - Paraná

MUNICÍPIO DE
SÃO JORGE D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPESCIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS UNIVERSITÁRIOS PARA A CIDADE DE FRANCISCO BELTRÃO, COM VEÍCULO QUE DEVERÁ SEGUIR AS ORIENTAÇÕES DO DETRAN, DENATRAN E CONTRAN, BEM COMO LEGISLAÇÃO PERTINENTE, PARA ATENDER A LEI MUNICIPAL Nº 779/2017.

1.DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A referida contratação visa a prestação de serviços de transporte para os alunos universitários que vão à cidade de Francisco Beltrão/PR.

A administração municipal, no sentido de viabilizar a presença dos acadêmicos para fazerem cursos universitários, nas instituições de ensino situadas na cidade de Francisco Beltrão, solicita a contratação complementar de transporte acadêmico.

Destaca-se que atualmente, estão cadastrados junto a Secretaria de Educação do Município, 64 (sessenta e quatro) acadêmicos que necessitam deste transporte, e que, muito embora já tenha sido realizado um pregão (10/2024 – 46 lugares) com o mesmo objeto, porém, não atende a completude da necessidade, o que justifica a iniciativa deste novo procedimento licitatório.

É dever do Município garantir o Transporte Universitário para os alunos, os quais estão amparados pela Lei Municipal n° 779/2017, a qual institui o Programa de Transporte Universitário e Alunos de Cursos Técnicos no âmbito do Município de São Jorge D'Oeste.

2. ALINHAMENTO COM PCA

A contratação está prevista no PCA 2023/2024, publicado no site no Município.

https://pmsjorge.pr.gov.br/divulga-licitacoes/plano-anual-de-compras-2023-2024.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a. No caso de empresário individual: **inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

b. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

Av. Iguaçu, 281 | Cx. Postal 31 | Fone/Fax 46 3534-8050 | CEP 85575-000 | São Jorge D'Oeste | PR

c. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI**, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

d. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

e. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

f. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

g. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

a. **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.

b. **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)** e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c. **Prova de regularidade com a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante.

d. **Prova de regularidade com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante.

e. **Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**.

f. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

g. **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

DOCUMENTOS TÉCNICOS:

Conforme descritos no TR.

PRAZO, FORMA E LOCAL DE ENTREGA:

Os serviços objeto desta licitação deverão ser prestados sem ônus, de acordo com as solicitações das secretarias.
A Contratada deverá atender à Solicitação da Secretaria, no prazo máximo estipulado no TR, contados do momento do envio do pedido (requisição) dos produtos ou serviços e confirmação por e-mail ou contato telefônico.

O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo convocado durante o transcurso do prazo e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

As entregas se darão de acordo com as necessidades da Secretaria (sem ônus de entrega), pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura da Ata de Registro de Preços/Contrato, observado:

a. A assinatura no conhecimento da empresa transportadora não implica/atesta o recebimento definitivo da mercadoria ou que a mesma esteja em conformidade com a Requisição de Compra/Nota de Empenho/Ata de Registro de preços/Contrato.

b. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os fornecimentos executados em desacordo com o disposto no Termo de Referência. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os fornecimentos foram realizados em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a empresa fornecedora será notificada para que providencie, dentro do prazo a ser determinado, a correção necessária.

c. Independentemente da aceitação, a empresa fornecedora deverá garantir a qualidade dos produtos fornecidos pelo prazo de garantia, obrigando-se a substituir no prazo determinado pela Administração, às suas expensas, aquele que apresentar falha ou defeito durante o recebimento e o período de cobertura da garantia.

CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS PELA CONTRATADA

Deverá entregar, durante toda a vigência da Ata/Contrato, **a mesma marca dos produtos/serviços apresentados na proposta.**

Não serão aceitas trocas de marcas dos produtos após a assinatura da Ata de Registro de Preços/Contrato. Caso ocorra algum problema no fornecimento da indústria e ou distribuidora para entregar a marca adjudicada, deve–se encaminhar solicitação prévia para avaliação do Fiscal e do Gestor da Ata de Registro de Preços/ Contrato.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Os produtos/serviços deverão estar em conformidade com as normas vigentes (de acordo com cada item). Na entrega serão verificadas quantidades e especificações conforme descrição na Ata/Contrato, bem como estado de conservação dos produtos e embalagens. Todos os produtos/serviços serão recebidos e conferidos por servidores designados da Prefeitura Municipal de São Jorge D'Oeste.

Deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

Deverá substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

Av. Iguaçu, 281 | Cx. Postal 31 | Fone/Fax 46 3534-8050 | CEP 85575-000 | São Jorge D'Oeste | PR

Deverá comunicar ao Contratante, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

Deverá manter, durante toda a execução da Ata/Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Na execução dos serviços deverão estar incluídas todas as despesas de deslocamento e transporte.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Para o ano de 2024, foi solicitada a quilometragem com base no roteiro que será seguido e dias letivos conforme previsto nos calendários das instituições de ensino.

ITEM	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS/SERVIÇOS	UND	QTD
1	CONTRATAÇÃO DE ÔNIBUS DE NO MÍNIMO 46 LUGARES, LINHA 12 UNISEP, UNIOESTE E UNIPAR NA CIDADE DE FRANCISCO BELTRÃO NOTURNO.	KM	41140

LOCAL E HORÁRIO DA ENTREGA/EXECUÇÃO

CONTRATAÇÃO DE VAN DE NO MÍNIMO 20 LUGARES.

LINHA UNISEP - UNIOESTE – UTFPR E UNIPAR NA CIDADE DE FRANCISCO BELTRÃO NOTURNO, início das aulas na UNISEP, Francisco Beltrão 19h15min às 22h45min, UNIPAR, Francisco Beltrão 19h às 22h45min, SESI/SENAI, início às 19h as 22h30min. UNIOESTE, início às 19h15min ás 22h45min. UTFPR, início às 19h30min término às 23 horas. Saindo do Posto Lourenço de São Jorge D´Oeste com destino as Faculdade em Francisco Beltrão.

Roteiro 1: Saída do posto Lourenço às (17h30min), parada no Portal, entrada do CTG, Posto Coasul, Ponto de ônibus do Loteamento Batistella, no Trevo da entrada para o Limeira, segue pela PR 281, passando por Dois Vizinhos, parada no posto Bianco e segue até as Faculdades, UNISEP, chegando às 18h35min horas, passando pelo SESI/SENAI, ESSEI, UNIOESTE, CESUL, UNIPAR e UTFPR.

Roteiro 2: Retorno às 23h da UTFPR, seguindo até UNIPAR, CESUL, UNIOESTE, ESSEI, seguindo até SESI/SENAI, UNISEP, voltando para São Jorge D´Oeste pela PR 281, chegando a São Jorge com paradas no Trevo de acesso, Ponto de ônibus do Loteamento Batistella, Posto Coasul, entrada do CTG, em frente à lanchonete vento Sul. Final da linha por volta das 00:30 horas. Alunos que residem no Distrito de Paranhos faz baldeação com a linha 13 PATO BRANCO, e seguem até o Distrito.

Percurso Rodado 187 km. "LINHA GEOREFERENCIADA

TOTAL DA LINHA 187 km dia" Conforme documentos em anexo. "CONTRATAÇÃO DE VAN DE NO MÍNIMO 20 LUGARES COM NO MÁXIMO DE 15 ANOS DE FABRICAÇÃO". TOTAL DE KM A SER CONTRATADO 187 KM POR DIA 220 DIAS LETIVOS.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Foi realizada pesquisa de preços em empresa do Município de Dois Vizinhos/Pr. e, Pato Branco/Pr.

Foi adotado critério de apuração pela **MEDIANA** entre os orçamentos/planilhas de custo, conforme Mapa de Apuração e orçamentos/planilhas de custo, em anexo.

ITEM	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS/SERVIÇOS	COT 1	COT 2	COT 3	MEDIANA
1	CONTRATAÇÃO DE ÔNIBUS DE NO MÍNIMO 46 LUGARES, LINHA 12 UNISEP, UNIOESTE E UNIPAR NA CIDADE DE FRANCISCO BELTRÃO NOTURNO.	4,35	4,20	4,01	4,20

O objeto a ser contratado é caracterizado como contratação de serviços comum, haja vista que os padrões de desempenho, qualidade e todas as características gerais e específicas dos serviços são as usuais do mercado e passíveis de descrições sucintas.

Da modalidade:

A escolha da modalidade pregão eletrônico, é a mais acertada tendo em vista tratar-se, eis que demonstra maior competição e consequentemente o resultado será o mais vantajoso para administração, portanto, cumpre com o princípio do interesse público, e especialmente com a ordem da NLLIC, artigo 17, §2º:

§ 2º As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Estima-se o valor máximo da contratação de **R$ 172.788,00 (cento e setenta e dois mil, setecentos e oitenta e oito reais).**

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A necessidade da contratação de uma empresa especializada através de um processo licitatório é a solução mais viável nesse momento, tendo em vista que o Município não possui em sua frota um veículo que atenda aos requisitos necessários para realizar o transporte dos estudantes.

Esta solução apresenta-se mais vantajosa uma vez que atende às determinações legais, reduz custos operacionais e administrativos, conferindo à contratada a responsabilidade de manter regularmente o transporte de estudantes, sendo a opção mais viável e econômica para o Município. A contratação consiste na prestação de serviço continuado, incluindo o veículo para transporte coletivo e mão de obra necessária para sua efetivação, com pagamentos mensais à contratada, que deverá manter o veículo devidamente regularizado junto aos órgãos de fiscalização.

O início do serviço deverá ocorrer na data definida pela Secretaria Municipal de Educação, através do Departamento de Transporte Escolar.

A assinatura do contrato será realizada antes do início das atividades. A contratação do serviço terá o prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada a critério da administração, considerando-se que a proposta se mantenha vantajosa.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

A disputa deverá ser realizada por **LOTE/GRUPO**, pois compõe conjunto indivisos, especialmente quanto às responsabilidades jurídicas da empresa a ser contratada.

Av. Iguaçu, 281 | Cx. Postal 31 | Fone/Fax 46 3534-8050 | CEP 85575-000 | São Jorge D'Oeste | PR

9. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a referida contratação, espera-se que seja mantido o transporte oferecido aos estudantes que se deslocam à cidade de Francisco Beltrão/PR, cumprindo com o previsto na Lei Municipal n° 779/2017.

Quanto a contratação, os benefícios diretos e indiretos podem ser percebidos na economicidade, uma vez que o procedimento licitatório permite a contratação de empresa especializada por preço competitivo no mercado, uma vez que há concorrência entre as empresas, com a oferta de menor preço considerando os requisitos previamente estabelecidos no edital da licitação. Pretende-se, com o processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Não se aplica.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não se aplica.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

A empresa deverá adotar medidas para diminuir possíveis impactos ambientais, sendo solicitado, dentre outros:

- Atender aos limites máximos de ruídos fixados na Resolução CONAMA N° 1, de 11/02/1993 e legislação correlata;

- Atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA N° 18, de 06/05/1986, e legislação correlata;

- Atender, no que couber, à Resolução CONATRAN N° 402, de 26/04/2012, e suas alterações, em relação às características de acessibilidade;

- Adotar mecanismos e procedimentos de uso racional de água e energia elétrica e utilização de produtos de limpeza e conservação que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA, *conforme estabelece o Decreto N° 2.830-R de 19/08/2011.*

Cabe a Secretaria responsável descrever no TR o que mais julgar necessário para a presente contratação.

13. POSICIONAMENTO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Concluímos pela viabilidade e necessidade da contratação do referido objeto.

São Jorge D'Oeste/PR, 18 de março de 2024.

Jonica Maria Caetano

Responsável pela Elaboração do ETP

Decreto n° 2529/2023

Av. Iguaçu, 281 | Cx. Postal 31 | Fone/Fax 46 3534-8050 | CEP 85575-000 | São Jorge D'Oeste | PR

MUNICÍPIO DE
SÃO JORGE D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO DO(S) ÓRGÃO(S) SOLICITANTE(S).

1.1 ÓRGÃO(S) PÚBLICO(S) INTERESSADO(S)

1.1.1 Órgão gestor:

Secretaria Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças.

1.1.2 Órgãos participantes:

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

1.1.3 Planejamento municipal:

Verifica-se a consonância com o Plano de Contratação Anual, elaborado pela Administração Municipal para os anos 2023-2024, regulamentado no art. 30º do Decreto nº 3.927/23, prevalecendo a execução de um serviço novo posto a disposição dos munícipes.

1.2 RESPONSÁVEL(IS) PELO TERMO DE REFERÊNCIA

Leandro Pagliari Jacobs – Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças.

Clarice Madalena Schimitt Augustin – Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Clodoaldo Blank – Agente de Licitações.

2. MODALIDADE, FORMA, FORMATO E PROCEDIMENTO(S) AUXILIAR(ES).

2.1 DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO

Indica-se o **PREGÃO**, com o critério de julgamento por **MENOR PREÇO**, configurado por **ITEM,** para manter a conformidade com o inciso XLI do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

2.2 DA FORMA DA LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO.

Indica-se por meio **ELETRÔNICO,** visando atender o inciso VI do art. 12º da Lei nº 14.133/2021.

2.3 DO FORMATO DOS DOCUMENTOS

Av. Iguaçu, 281 | Cx. Postal 31 | Fone/Fax 46 3534-8050 | CEP 85575-000 | São Jorge D'Oeste | PR

Destaca-se que no presente processo de contratação, os documentos deverão ser entregues de forma digital, em canal disponibilizado pela Administração Municipal, na forma do edital.

2.4 DO(S) PROCEDIMENTO(S) AUXILIAR(S)

Não se aplica.

3 RESUMO DO OBJETO

3.1 OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPESCIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS UNIVERSITÁRIOS PARA A CIDADE DE FRANCISCO BELTRÃO, COM VEÍCULO QUE DEVERÁ SEGUIR AS ORIENTAÇÕES DO DETRAN, DENATRAN E CONTRAN, BEM COMO LEGISLAÇAO PERTINENTE, PARA ATENDER A LEI 779/2017 E SOCILITAÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE.

3.2 ARTIGO(S) DE LUXO

Verifica-se e certifica-se que os itens objeto desta contratação não se enquadram como artigos de luxo com características descritas no art. 41 do Decreto nº 3.927/23.

3.3 – NATUREZA DO(S) OBJETO(S)

O objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante no item 2.1 do Estudo Técnico Preliminar, que compõe os documentos da parte da fase preparatória, deste procedimento licitatório.

4. IDENTIFICAÇÃO DOS ITENS, DOS QUANTITATIVOS DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO.

ITEM	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD
1	CONTRATAÇÃO DE VAN DE NO MÍNIMO 20 LUGARES LINHA UNISEP - UNIOESTE – UTFPR E UNIPAR NA CIDADE DE FRANCISCO BELTRÃO	KM	41140

Av. Iguaçu, 281 | Cx. Postal 31 | Fone/Fax 46 3534-8050 | CEP 85575-000 | São Jorge D'Oeste | PR

	NOTURNO, início das aulas na UNISEP, Francisco Beltrão 19h15min às 22h45min, UNIPAR, Francisco Beltrão 19h às 22h45min, SESI/SENAI, início às 19h as 22h30min. UNIOESTE, início às 19h15min ás 22h45min. UTFPR, início às 19h30min término às 23 horas. Saindo do Posto Lourenço de São Jorge D´Oeste com destino as Faculdade em Francisco Beltrão. Roteiro 1: Saída do posto Lourenço às (17h30min), parada no Portal, entrada do CTG, Posto Coasul, Ponto de ônibus do Loteamento Batistella, no Trevo da entrada para o Limeira, segue pela PR 281, passando por Dois Vizinhos, parada no posto Bianco e segue até as Faculdades, UNISEP, chegando às 18h35min horas, passando pelo SESI/SENAI, ESSEI, UNIOESTE, CESUL, UNIPAR e UTFPR. Roteiro 2: Retorno às 23h da UTFPR, seguindo até UNIPAR, CESUL, UNIOESTE, ESSEI, seguindo até SESI/SENAI, UNISEP, *voltando para São Jorge D´Oeste pela* PR 281, *chegando a São* Jorge com paradas no Trevo de acesso, Ponto de ônibus do Loteamento Batistella, Posto Coasul, entrada do CTG, em frente à lanchonete vento Sul. Final da linha por volta das 00:30 horas. Alunos que residem no Distrito de Paranhos faz baldeação com a linha 13 PATO BRANCO, e seguem até o Distrito. Percurso Rodado 187 km. "LINHA GEOREFERENCIADA TOTAL DA LINHA 187 km dia" Conforme documentos em anexo. "CONTRATAÇÃO DE VAN DE NO MÍNIMO 20 LUGARES COM NO MÁXIMO DE 15 ANOS DE FABRICAÇÃO". TOTAL DE KM A SER CONTRATADO 187 KM POR DIA 220 DIAS LETIVOS.		

4.1 ESPECICICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO(S) DA CONTRATAÇÃO

4.1.1 PADRÕES ACEITÁVEIS

A empresa vencedora deverá apresentar em até 10 (dez) dias úteis a planilha de custos adequada aos valores vencidos pela mesma para análise e aprovação da Administração.

Av. Iguaçu, 281 | Cx. Postal 31 | Fone/Fax 46 3534-8050 | CEP 85575-000 | São Jorge D'Oeste | PR

Após declarada a empresa vencedora a mesma também deverá apresentar em até 10 (dez) dias úteis os seguintes documentos;

Declaração da empresa licitante indicando o motorista responsável pela condução do veículo.

Fotocópia da Carteira Nacional de Habilitação do responsável pela condução do veículo para todos os lotes/itinerários que a empresa concorrer (categoria "D" ou "E"), indicado no anexo V.

Prova de vínculo empregatício entre a empresa e o condutor (mediante cópia do registro em carteira de trabalho ou cópia da ficha de registro de empregados da empresa ou Contrato de Trabalho e Declaração do condutor atestando que será o Responsável pela execução do objeto da licitação. Obs.: Caso o condutor que irá prestar o serviço, seja dirigente ou sócio da empresa proponente, tal comprovação deverá ser feita através da cópia da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou apresentar cópia do contrato social.

Certificado ou Declaração de Conclusão do curso de Transporte de escolares/alunos, em nome do motorista indicado, expedido por entidade legalmente reconhecida, com prazo da validade em vigor.

Certificado de registro e licenciamento do veículo a ser utilizado no serviço em nome da empresa ou do proprietário da empresa licitante, ou no caso de veículo terceirizado, deverá ser apresentado o respectivo contrato de locação com reconhecimento de assinaturas; para todos os lotes/itinerários que a empresa concorrer com o ano e modelo, o qual deverá estar em conformidade com o solicitado do anexo I termo de referência.

Certificação de Inspeção de \segurança Veicular ou Laudo de Inspeção Técnica dos veículos para todos os lotes/itinerários que a empresa concorrer, emitido pela entidade/empresa autorizada/credenciada pelo INMETRO e homologado pelo departamento nacional de Trânsito-DENATRAN.

É vedada, sob pena de inabilitação, a indicação de um mesmo Motorista por mais de uma vencedora, mesmo que haja compatibilidade de horários.

O condutor do veículo deverá:

a) Idade superior a 21 anos;

b) Habilitação para dirigir veículos na categoria "D" – "E".

c) Ter sido submetido a exame psicotécnico com aprovação especial para transporte de alunos;

d) Ter formação em curso de condutor de Transporte Escolar;

Av. Iguaçu, 281 | Cx. Postal 31 | Fone/Fax 46 3534-8050 | CEP 85575-000 | São Jorge D'Oeste | PR

e) Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os dozes últimos meses. Apresentar certidão emitida pelo Detran da CNH do motorista.

4.1.2 – DO SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL EM RELAÇÃO AOS ALUNOS

Além dos seguros DPVAT, é dever da Contratada realizar seguro de todos os veículos utilizados para o transporte escolar cuja cobertura ampare sinistros contra a vida dos passageiros e terceiros, decorrentes da prestação de serviços de responsabilidades civil, conforme regulamentado pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres). Deverá, para tanto, como condições gerais para contratação do seguro para os veículos, observar o que se segue:

a) Modalidade de contratação: valor determinado ou valor mercado referenciado – VMR (100% tabela FIPE);

b) Cobertura, colisão, incêndio, roubo e furto;

c) RCF – V Responsabilidade civil facultativa – veículo:

*** PARA VEÍVULO TIPO VAN COM NO MÍNIMO 20 LUGARES:**

- Apólice deverá contemplar no mínimo Danos corporais e ou materiais, causados a passageiros cobertura total de R$ 1.740.000,00 (Um milhão, setecentos e quarenta mil reais)
- Apólice deverá contemplar no mínimo, Danos morais causados aos passageiros, cobertura total de R$ 174.000,00 (Cento e setenta e quatro mil reais);
- Apólice deverá contemplar no mínimo, Danos estéticos causados a passageiros transportados R$ 87.000,00 (Oitenta e sete mil reais);
- Apólice deverá contemplar no mínimo Responsabilidade civil acidentes pessoais evento morte acidental passageiros transportados r$ 87.000,00 (Oitenta e sete mil reais);

Av. Iguaçu, 281 | Cx. Postal 31 | Fone/Fax 46 3534-8050 | CEP 85575-000 | São Jorge D'Oeste | PR

- Apólice deverá contemplar no mínimo Responsabilidade Civil acidentes pessoais evento invalidez permanente, passageiros transportados R$ 87.000,00 (Oitenta e *sete mil* reais);

- Apólice deverá contemplar no mínimo Responsabilidade civil para Danos corporais, causados a terceiros não transportados;

d) Até 10 (Dez) dias úteis após a data da abertura do certame, a vencedora deverá apresentar cópia autenticada (ou original com a devida cópia, para autenticação por servidor da Contratante).

e) Apólice de Seguro para cada veículo em serviço, com cobertura total para os passageiros com vigência durante too do o prazo contratual.

5. CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1 Condições gerais:

5.1.1 Fica a contratada, **obrigada a enviar no momento da emissão do documento fiscal, o arquivo XML da Nota Fiscal** no e-mail oficial: compras@pmsjorge.br.gov.br sendo condição obrigatória para empenho.

5.2 Condições específicas:

5.2.1 Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo da Nota Fiscal, a data, o nome e a assinatura do servidor responsável pelo recebimento, fazer constar o número do Pregão Eletrônico e o número do Contrato.

5.2.2 A contratada deverá **EXECUTAR/REALIZAR** o transporte **segundo calendário acadêmico das Instituições compreendidas no roteiro/itinerário, em consonância com o cronograma orientado pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes,** mediante as condições de quantidade e especificações conforme solicitação do órgão competente, nos termos do inciso X, do Art. 6º da Lei nº 14.133/2021,

5.2.3 O objeto se estiver de acordo com o edital e a proposta, será recebido:

a) PROVISORIAMENTE, no ato da entrega do objeto licitado, para posterior verificação de sua conformidade com o solicitado no edital de licitação;

Av. Iguaçu, 281 | Cx. Postal 31 | Fone/Fax 46 3534-8050 | CEP 85575-000 | São Jorge D'Oeste | PR

b) DEFINITIVAMENTE, após a verificação da qualidade, características e quantidade do bem e consequente aceitação, no prazo máximo de até 15 (Quinze) dias, contados após o recebimento provisório.

5.2.4 O produto **recusado** será considerado como **não entregue**.

5.2.5. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá, se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

6. OBRIGAÇÕES DAS PARTES NA EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1 Obrigações gerais:

6.1.1 Aplicam-se as obrigações gerais estabelecidas na minuta do contrato administrativo.

6.2. Obrigações específicas da contratada;

6.2.1 DURANTE A EXECUÇÃO DO OBJETO, *estará sob a responsabilidade da contratada, a* garantia das condições normais dos de conservação dos veículos.

6.2.2 Efetuar o transporte em perfeitas condições, em observância das especificações deste documento, do edital, das normas técnicas aplicáveis.

6.2.3 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste documento e demais documentos do presente processo de contratação.

6.2.4 Não transferir a terceiros (subcontratar), por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, sob pena de interrupção do contrato e aplicação das demais sanções administrativas cabíveis.

6.2.5 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

6.2.6 Responsabilizar-se: pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, frete, seguros, deslocamento de pessoal, prestação e garantia de quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

Av. Iguaçu, 281 | Cx. Postal 31 | Fone/Fax 46 3534-8050 | CEP 85575-000 | São Jorge D'Oeste | PR

6.2.7 Sujeitar-se a eventual alteração na forma e periodicidade de emissão das notas fiscais e dos pagamentos, conforme mecanismos para aperfeiçoar a relação entre as partes e reduzir a burocracia diária de trocas de documentos, quando da implementação, sem qualquer acréscimo contratual.

6.2.8 No âmbito de eventual responsabilidade civil ou administrativa pelos vícios e/ou defeitos, relacionados com o objeto da contratação, aplicam-se as disposições do Código de Defesa do Consumidor, cujo ônus da prova é do Contratado(a).

6.2.9 Os veículos utilizados no transporte acadêmico, além dos requisitos previstos na legislação federal, deverão sujeitar-se ao seguinte:

*** Os veículos deverão ter no máximo 20 anos de fabricação com apresentação de laudo para autorização de transporte coletivo acadêmico.**

*** Os problemas apontados e os possíveis defeitos, as medidas e os prazos proponente solucionar., serão determinados pela Administração Municipal. O primeiro laudo de vistoria deverá ser entregue até a assinatura do contrato.**

*** Os serviços serão programados, autorizados e coordenados pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, de acordo com o calendário acadêmico do ano de 2024.**

*** Sujeitar-se a vistorias constantes, independente da realizada por ocasião de seu licenciamento, a ser realizada diretamente pelo Município ou por entidade credenciada (CIRETERAN e Engenheiro Mecânico).**

Possuir pintura nas laterais e traseira, em toda sua extensão, de uma faixa horizontal amarela de no mínimo 0,40m de largura à meia altura, na qual se inscreverá em preto o dístico: "A SERVIÇO DO TRANSPORTE ESCOLAR DE SÃO JORGE D'OESTE".

Equipamento registrador instantâneo de velocidade e tempo.

Lanterna de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanterna de luz vermelha dispostas nas extremidades superior da parte traseira.

Possuir cintos individuais de segurança, segundo as normas estabelecidas pelo CONTRAN em número iguala a lotação.

Possuir extintor de incêndio, obedecidas às normas do CONTRAN.

Outros equipamentos obrigatórios pelo CONTRAN.

Av. Iguaçu, 281 | Cx. Postal 31 | Fone/Fax 46 3534-8050 | CEP 85575-000 | São Jorge D'Oeste | PR

Certificado de Inspeção de Segurança Veicular Escolar ou Laudo de Inspeção Técnica, emitido pela entidade/empresa autorizada/credenciada pelo INMETRO e homologada pelo departamento nacional de trânsito – DENATRAN.
Inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança.

6.3 Obrigações do Município de São Jorge D'Oeste:

6.3.1 Dar preferência para o formato digital dos documentos a serem emitidos no âmbito do relacionamento com a empresa contratada, especialmente durante a execução do objeto de contratação, liquidação e pagamento, por meio do processamento e armazenamento em meio digital dos documentos.

6.3.2 Disponibilizar à empresa contratada, os dados **NÃO SENSÍVEIS** e necessários para conferência da efetiva autorização para o recebimento/retirada dos produtos objetos da contratação, representada na assinatura no físico do documento fiscal (Nota Fiscal).

7. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO.

7.1 Condições Gerais:

7.1.1 Aplicam-se as condições gerais de gestão e de fiscalização estabelecidas na minuta padrão do contrato administrativo.

7.2 Condições especiais:

7.2.1 Estará sob a responsabilidade dos servidores indicados no Decreto nº 4.358/2024, de onde se extrai que o **Gestor do Contrato** é o Secretário nomeado para a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes. Ainda, no anexo I do referido Decreto, fica designada a servidora Alice de Fatima Agostini Parcianello como Fiscal Técnico, Camila Belusso como Fiscal Administrativo e Elisabete Crestina Pegorini Matei Fiscal Setorial

.

8. DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO.

8.1 Condições gerais:

8.1.1 Aplicam-se as condições gerais de gestão e de fiscalização estabelecidas na minuta padrão do contrato administrativo.

Av. Iguaçu, 281 | Cx. Postal 31 | Fone/Fax 46 3534-8050 | CEP 85575-000 | São Jorge D'Oeste | PR

8.2 Condições especiais:

8.2.1 Não se confunde com o recebimento provisório a colhida da assinatura do servidor no documento fiscal emitido no ato da entrega física do material.

8.2.2 O recebimento provisório e o recebimento definitivo, serão nos termos do art. 19 do Decreto Municipal nº 3.976/2023, e dos art. 3º, §7º do art. 7º do Decreto Municipal nº 4.116/2024.

8.2.3 As notas fiscais deverão ser emitidas conforme orientações da Secretaria Municipal de Finanças, permitida a exigência de emissão dos documentos fiscais, de forma separada, incluindo a diversidade de CNPJs.

8.2.4 Recebidos os documentos mencionados no subitem 8.2.3, a Secretaria Municipal de Finanças, por meio do órgão competente e do(s) servidor(es) designado(s), realizará a conferência da documentação encaminhada e, se regular, emitirá a(s) nota de empenho(s) necessário(s), de forma separada por cada órgão público a que esteja vinculado o objeto do procedimento, a(s) qual(is) depois de assinada(s), (conforme instrução no art. 157 do Decreto nº 3.927/2023), pelos fiscais competentes e designados por Secretaria Municipal, constantes no Anexo I do Decreto nº 4.116/2024, servirá como acusação do recebimento definitivo do objeto.

8.2.5 A nota de empenho (ou documento anterior) identificará o servidor que realizará a conferência dos documentos e emissão da(s) nota(s) de empenho.

8.2.6 Emitida(s) a(s) nota(s) de empenho, o procedimento de liquidação de despesa será encaminhado para os órgãos competentes, até o seu encerramento na Tesouraria, que efetuará o pagamento, respeitando-se o prazo limite estabelecido em contrato.

8.2.7 Os procedimentos de liquidação de despesa, com toda a documentação, mencionada acima, deverão ser armazenados em arquivo próprio, preferencialmente em formato digital, na forma indicada pelo Controle Interno, permitindo a fiscalização de órgãos internos e externos.

8.2.8 O recebimento definitivo (emissão da nota de empenho) poderá ser suspenso, no todo ou em parte, quando a execução do objeto de execução ou a documentação encaminhada pelo Contratado estiver em desacordo com as exigências estabelecidas neste processo de contratação.

8.2.9 Em se tratando de irregularidade na documentação encaminhada pelo Contratado, não será iniciado o prazo para pagamento até que a documentação seja completamente regularizada pelo Contratado.

Av. Iguaçu, 281 | Cx. Postal 31 | Fone/Fax 46 3534-8050 | CEP 85575-000 | São Jorge D'Oeste | PR

8.2.10 Em se tratando de vício ou defeito na execução do objeto da contratação, poderão ser aplicadas medidas cautelares administrativas, nos termos da minuta padrão de contrato.

8.2.11 O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade civil, criminal e administrativa pelos vícios e/ou defeitos, relacionados com o objeto da contratação, descobertos em momento posterior, aplicando-se as hipóteses e os prazos previstos no Código de Defesa do Consumidor.

9. DO PAGAMENTO

9.1 Condições gerais:

9.1.1 Aplicam-se as condições gerais de gestão e de fiscalização estabelecidas na minuta padrão do contrato administrativo.

9.2 Condições especiais:

9.2.1 O pagamento será feito pelo Município de São Jorge D'Oeste de forma parcelada, na periodicidade definida em contrato, de acordo com a periodicidade do encaminhamento da documentação relacionada no subitem 8.2.4.

9.2.2 O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias úteis, subsequentes ao recebimento definitivo.

9.2.3 O Município de São Jorge D'Oeste poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a tributos, multas ou indenizações devidas pelo(a) fornecedor(a), incidentes sobre a execução do objeto da contratação.

9.2.4 O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

9.2.5 O Município de São Jorge D'Oeste, tem regulamentado no Art. 159 do Decreto nº 3.924/2023, a **ORDEM CRONOLÓGICA DOS PAGAMENTOS**. Aos pontos sobre as possibilidades de alteração desta ordem cronológica e classificatória para a efetivação dos pagamentos, poderá ser nas condições do Art. 160 do Decreto nº 3.927/2023.

10. DA DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 Os valores que se pretende despêndiar com a presente contratação, estão de acordo com o planejamento orçamentário.

Av. Iguaçu, 281 | Cx. Postal 31 | Fone/Fax 46 3534-8050 | CEP 85575-000 | São Jorge D'Oeste | PR

10.2 A dotação orçamentária específica está indicada no Parecer Contábil que se segue.

Município de São Jorge D'Oeste - 2024
Saldo das contas de despesa
Calculado em: 15/07/2024

Página:1

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F. PADRÃO: ORIGI APL/ DESI DET)				Valor autorizado	Valor atualizado	Liquido empenhado	Saldo atual
07 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS				677.472,82	677.472,82	249.118,72	428.354,10
001 Departamento de Administração				672.472,82	672.472,82	249.118,72	423.354,10
04.122.0004.2026 Serviços Administrativos				672.472,82	672.472,82	249.118,72	423.354,10
3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO							
01730	E	00000	0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres)	400.000,00	400.000,00	183.629,68	216.370,32
01740	E	00504	0504/99/99/00/00 Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrominiais não Previdenciárias	172.472,82	172.472,82	26.306,64	146.166,18
01750	E	01045	1045/01/07/00/00 Outros Recursos não Vinculados	100.000,00	100.000,00	39.182,40	60.817,60
002 Departamento de Contabilidade e Finanças				5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
04.123.0005.2027 Administração Contábil e Financeira				5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO							
01990	E	00000	0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
			Total Geral	677.472,82	677.472,82	249.118,72	428.354,10

Critérios de seleção:
Data do cálculo: 15/07/2024
Orgão entre: 07 e 07
Natureza de despesa entre: 3.3.90.33.00.00 e 3.3.90.33.99.00

Emitido por: Simone Francenschina, na versão: 5535.c — 15/07/2024 10:39:47
E - Grupo da fonte do exercício / EA - Grupo da fonte de exercícios anteriores

11. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

11.1 DA NECESSIDADE DO OBJETO

11.1.1 A referida contratação visa a prestação de serviços de transporte para os alunos universitários que vão à cidade de Francisco Beltrão/PR.

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do município de São Jorge D'Oeste, no sentido de viabilizar a presença dos acadêmicos para fazer curso universitário, nas instituições de ensino situadas na cidade de Francisco Beltrão, solicita a contratação complementar de transporte acadêmico.

Destaca-se que atualmente, estão cadastrados junto a Secretaria de Educação do município, 64 (sessenta e quatro) acadêmicos que necessitam deste transporte, e que, muito embora já tenha sido realizado um pregão (10/2024 – 46 lugares) com o mesmo objeto, porém, não atende a completude da necessidade, o que justifica a iniciativa deste novo procedimento licitatório.

É dever do Município garantir o Transporte Universitário para os alunos, os quais estão amparados pela Lei Municipal n° 779/2017, a qual institui o Programa de Transporte Universitário e Alunos de Cursos Técnicos no âmbito do Município de São Jorge D'Oeste.

11.2. DO PREÇO

11.2.1 Indica-se a adoção do critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR ITEM,** para aquisição, entre as propostas para fornecimento do objeto.

Estima-se o valor máximo para a contratação do quantitativo do objeto, o valor de **R$ 172.376,60 (cento e setenta e dois mil, trezentos e setenta e seis reais e sessenta centavos),** conforme levantamento dos preços praticados no mercado, segundo orçamentos em anexo.

11.3 DEMAIS JUSTIFICATIVAS EXIGIVEIS

11.3.1 DO(S) FUNDAMENTOS PARA CONTRATAÇÃO

Justifica-se a indicação de contratação por meio de **PREGÃO**, no formato **ELETRÔNICO**, com critério de julgamento da proposta por **MENOR PREÇO**, por **ITEM**, pela natureza comum do objeto de contratação.

11.3.2 DA RAZÃO PELA ESCOLHA DO FORNECEDOR(A)

Não se aplica

11.3.3 DA RAZÃO DAS EMPRESAS COTADAS NA PESQUISA DE PREÇOS

Para realizar a pesquisa de preços, foram contatadas empresas situadas no município de Dois Vizinhos/PR, e Pato Branco/PR, sendo adotado como critério de apuração a média dos preços, entre os orçamentos.

Foi adotado critério de apuração de **MÉDIA DE PREÇOS** entre os orçamentos, conforme Mapa de Apuração e orçamentos em anexo.

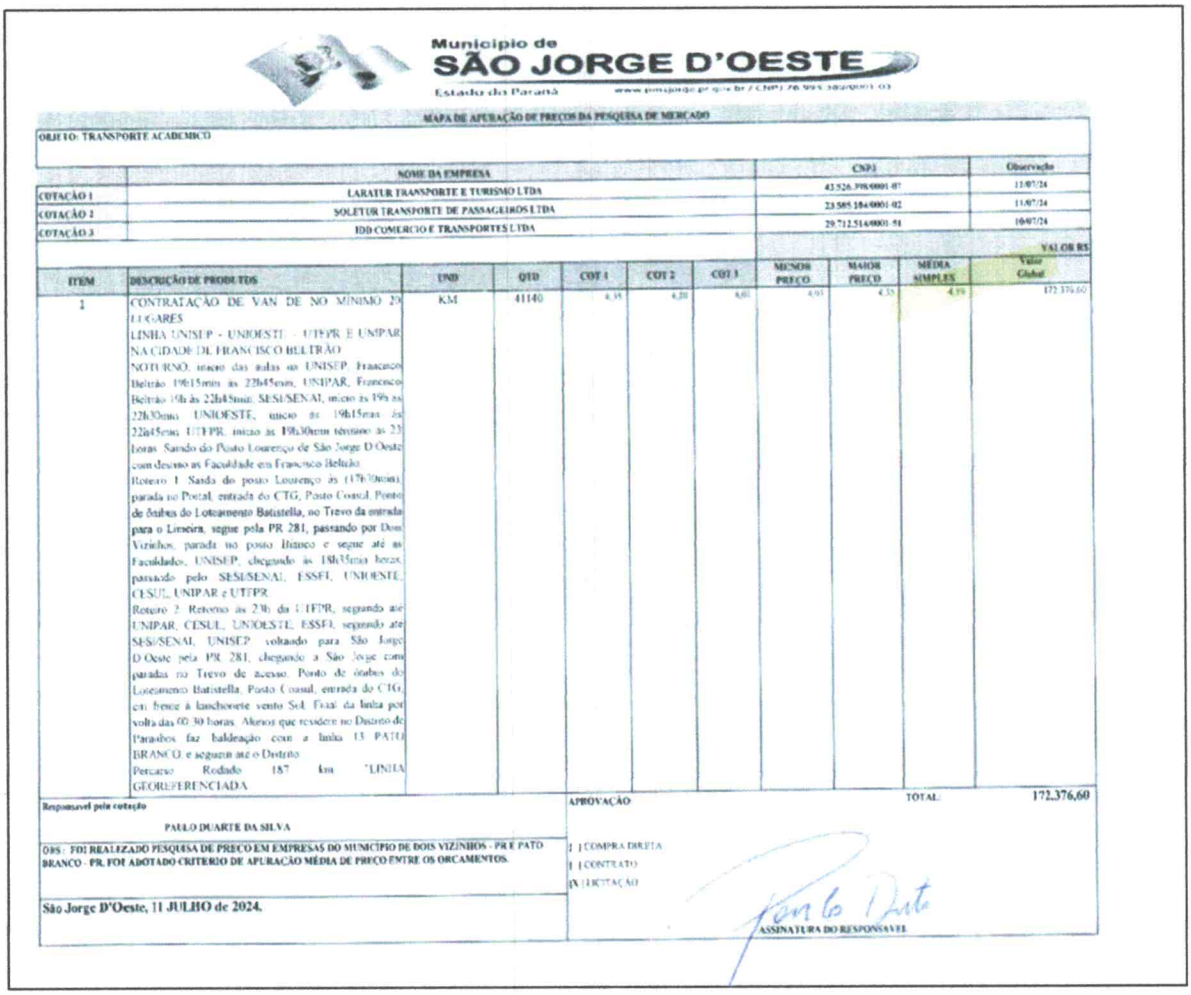
11.3.3.1 MAPA DE APURAÇÃO

Segue o **MAPA DE REFERÊNCIA**, devidamente elaborado pela Divisão de Orçamento, sob a responsabilidade do Sr. Paulo Duarte da Silva.

Av. Iguaçu, 281 | Cx. Postal 31 | Fone/Fax 46 3534-8050 | CEP 85575-000 | São Jorge D'Oeste | PR

ITEM	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD	MÉDIA SIMPLES	Valor Global
1	CONTRATAÇÃO DE VAN DE NO MÍNIMO 20 LUGARES LINHA UNISEP - UNIOESTE – UTFPR E UNIPAR NA CIDADE DE FRANCISCO BELTRÃO NOTURNO, início das aulas na UNISEP, Francisco Beltrão 19h15min às 22h45min, UNIPAR, Francisco Beltrão 19h às 22h45min, SESI/SENAI, início às 19h as 22h30min. UNIOESTE, início às 19h15min ás 22h45min. UTFPR, início às 19h30min término às 23 horas. Saindo do Posto Lourenço de São Jorge D´Oeste com destino as Faculdade em Francisco Beltrão. Roteiro 1: Saída do posto Lourenço às (17h30min), parada no Portal, entrada do CTG, Posto Coasul, Ponto de ônibus do Loteamento Batistella, no Trevo da entrada para o Limeira, segue pela PR 281, passando por Dois Vizinhos, parada no posto Bianco e segue até as Faculdades, UNISEP, chegando às 18h35min horas, passando pelo SESI/SENAI, ESSEI, UNIOESTE, CESUL, UNIPAR e UTFPR. Roteiro 2: Retorno às 23h da UTFPR, seguindo até UNIPAR, CESUL, UNIOESTE, ESSEI, seguindo até SESI/SENAI, UNISEP, voltando para São Jorge D´Oeste pela PR 281, chegando a São Jorge com paradas no Trevo de acesso, Ponto de ônibus do Loteamento Batistella, Posto Coasul, entrada do CTG, em frente à lanchonete vento Sul. Final da linha por volta das 00:30 horas. Alunos que residem no Distrito de Paranhos faz baldeação com a linha 13 PATO BRANCO, e seguem até o Distrito. Percurso Rodado 187 km. "LINHA GEOREFERENCIADA TOTAL DA LINHA 187 km dia" Conforme documentos em anexo. "CONTRATAÇÃO DE VAN DE NO MÍNIMO 20 LUGARES COM NO MÁXIMO DE 15 ANOS DE FABRICAÇÃO". TOTAL DE KM A SER CONTRATADO 187 KM POR DIA 220 DIAS LETIVOS.	KM	41140	R$ 4,19	R$ 172.376,60
Responsavel pela cotação				**TOTAL:**	**R$ 172.376,60**

Av. Iguaçu, 281 | Cx. Postal 31 | Fone/Fax 46 3534-8050 | CEP 85575-000 | São Jorge D'Oeste | PR



Município de
SÃO JORGE D'OESTE
Estado do Paraná

MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS DA PESQUISA DE MERCADO

OBJETO: TRANSPORTE ACADEMICO

	NOME DA EMPRESA	CNPJ	Observação
COTAÇÃO 1	LARATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA	43.526.398/0001-07	11/07/24
COTAÇÃO 2	SOLETUR TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA	23.585.184/0001-02	11/07/24
COTAÇÃO 3	IDD COMERCIO E TRANSPORTES LTDA	29.712.514/0001-51	10/07/24

ITEM	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD	COT 1	COT 2	COT 3	VALOR R$ MENOR PREÇO	MAIOR PREÇO	MÉDIA SIMPLES	Valor Global
1	CONTRATAÇÃO DE VAN DE NO MINIMO 29 LUGARES LINHA UNISEP - UNIOESTE - UTFPR E UNIPAR NA CIDADE DE FRANCISCO BELTRÃO NOTURNO, inicio das aulas no UNISEP, Francisco Beltrão 19h15min às 22h45min, UNIPAR, Francisco Beltrão 19h às 22h45min, SESI/SENAI, inicio às 19h as 22h30min, UNIOESTE, inicio as 19h15min as 22h45min, UTFPR, inicio as 19h30min término as 23 horas. Saindo do Posto Lourenço de São Jorge D Oeste com destino as Faculdade em Francisco Beltrão Roteiro 1: Saida do posto Lourenço às (17h30min), parada no Postal, entrada do CTG, Posto Coasul, Ponte de ônibus do Loteamento Batistella, no Trevo da entrada para o Limoeira, segue pela PR 281, passando por Dois Vizinhos, parada no posto Branco e segue até as Faculdades, UNISEP, chegando às 18h35min horas, passando pelo SESI/SENAI, ESSFI, UNIOESTE, CESUL, UNIPAR e UTFPR. Roteiro 2: Retorno às 23h da UTFPR, segundo ate UNIPAR, CESUL, UNIOESTE, ESSFI, segundo ate SESI/SENAI, UNISEP voltando para São Jorge D Oeste pela PR 281, chegando a São Jorge com parada no Trevo de acesso, Ponto de ônibus do Loteamento Batistella, Posto Coasul, entrada do CTG, em frente à lanchonete vento Sul. Final da linha por volta das 00:30 horas. Alunos que residem no Distrito de Parasbos faz baldeação com a linha 13 PATO BRANCO e seguem até o Destino Percurso Rodado 187 km "LINHA GEORREFERENCIADA	KM	41140	4,35	4,20	4,60	4,03	4,35	4,19	172.376,60
								TOTAL:		172.376,60

Responsavel pela cotação

PAULO DUARTE DA SILVA

OBS: FOI REALIZADO PESQUISA DE PREÇO EM EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS - PR E PATO BRANCO - PR, FOI ADOTADO CRITERIO DE APURAÇÃO MÉDIA DE PREÇO ENTRE OS ORÇAMENTOS.

São Jorge D'Oeste, 11 JULHO de 2024.

APROVAÇÃO

[ ] COMPRA DIRETA
[ ] CONTRATO
[X] LICITAÇÃO

ASSINATURA DO RESPONSAVEL

12. ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Não se aplica.

13. PRAZO DE VIGÊNCIA E PECULIARIDADES DO QUANTITATIVO DO CONTRATO.

Av. Iguaçu, 281 | Cx. Postal 31 | Fone/Fax 46 3534-8050 | CEP 85575-000 | São Jorge D'Oeste | PR

13.1 Mesmo que se trata de objeto que possui natureza contínua, **O PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO SERÁ DE 1 (um) ANO**, (12 (doze) meses), a contar da assinatura do contrato.

13.2 Será admitido nos termos da minuta padrão do contrato, o acréscimo quantitativo, se no decorrer do período de vigência do contrato, se manifestar necessário.

14. INFORMAÇÕES PARA CONFECÇÃO DO EDITAL E/OU CONTRATO

14.1 DO IMPEDIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

14.1.1 As condições de entrega dos produtos/ou realização dos serviços, objetos deste procedimento, deverão ser devidamente destacadas, para que as empresas que desejarem participar tenham conhecimento das reais necessidades da administração.

14.1.2 Não será permitida a participação de empresas sob regime de consórcio. É vedada a participação de empresa em consórcio, tendo em vista a simplicidade da contratação, e por não se tratar de licitação de alta complexidade.

14.1.3 Independentemente de quantas sedes ou unidades de atendimento permanentes a pessoa jurídica ou o seu grupo econômico possuam, e indiferentes as suas localizações, somente será admitido a proposta de apenas uma unidade por grupo econômico, para fins de aumentar a competitividade.

14.1.3.1 Presumem-se integrantes do mesmo grupo econômico:

a) as empresas controladoras, controladas ou coligadas;

b) a pessoa jurídica que possua como sócio, administrador ou não, a mesma pessoa física que seja sócia-administradora, ou sócia majoritária, ou sócia exclusiva de outra pessoa jurídica interessada no certame;

c) a pessoa jurídica que possua como sócio, administrador ou não, o cônjuge, o companheiro, ou os filhos do sócio(a)-administrador(a), ou o sócio majoritário, ou do sócio exclusivo da pessoa jurídica interessada no certame;

d) outras hipóteses em que se identifica a relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, entre duas pessoas jurídicas interessadas no certame.

Av. Iguaçu, 281 | Cx. Postal 31 | Fone/Fax 46 3534-8050 | CEP 85575-000 | São Jorge D'Oeste | PR

15 DOS DOCUMENTOS DE HABILTAÇÃO EXIGÍVEIS

15.1 As empresas que tiverem interesse em participar do processo licitatório, deverão apresentar os seguintes documentos **válidos:**

15.1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

c. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

d. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

e. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

f. Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e todas as alterações ou Contrato Social Consolidado, no caso de empresa Ltda, ou Estatuto, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou Ato Constitutivo, devidamente registrado;

g. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

15.1.2 REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

Av. Iguaçu, 281 | Cx. Postal 31 | Fone/Fax 46 3534-8050 | CEP 85575-000 | São Jorge D'Oeste | PR

b. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

c. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

d. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

e. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

f. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

g. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

15.1.3 REGULARIDADE TÉCNICA:

Condições descritas nos itens **4.1.1** - **4.1.2** e **6.2.9** deste documento.

15.1.4 FORMATO DOS DOCUMENTOS

A apresentação da documentação listada acima será aceita somente em formato digital, nos limites temporais admitido no edital.

16. DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Av. Iguaçu, 281 | Cx. Postal 31 | Fone/Fax 46 3534-8050 | CEP 85575-000 | São Jorge D'Oeste | PR

6.1 Declaro estar ciente de todas as implicações pelas informações prestadas no presente Termo de Referência e em relação a elas assumimos de forma solidária a responsabilidade.

Elaborado em: 18 de julho de 2024

Aprovado em: 18 de julho de 2024

Clodoaldo Blank
Agente de Licitações

Alice de Fatima Agostini Parcianello
Fiscal Administrativo
Decreto nº 4.358/2024

CLARICE MADALENA SCHMITT AUGUSTIN
Secretária de Educação, Cultura e Esportes
Designada pelo Decreto n° 4104/2024

LEANDRO PAGLIARI JACOBS
Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças
Decreto nº 4.095/2024

Av. Iguaçu, 281 | Cx. Postal 31 | Fone/Fax 46 3534-8050 | CEP 85575-000 | São Jorge D'Oeste | PR

nº 88.

009059

MUNICÍPIO DE
SÃO JORGE D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

Memorando nº 95/2024.

São Jorge D'Oeste, 22 de julho de 2024.

A Secretaria de Administração Contabilidade e Finanças,
Departamento de Administração,
Divisão de Licitações,

Assunto: Licitação para contratação de serviços de transporte escolar – suplemento da linha de Francisco Beltrão – Noturno.

Valor Global: R$ 172.376,60 (Cento e Setenta e Dois Mil Trezentos e Trinta e Seis Reais e Sessenta Centavos).

LEILA DA ROCHA, prefeita do município de São Jorge D'Oeste, no uso de suas atribuições legais, previstas no artigo 145, inciso VI do Decreto nº. 3.927/2023, DECIDE:

1. Aprovar o Termo de Referência da Licitação para contratação de serviços de transporte escolar – suplemento da linha de Francisco Beltrão – Noturno.
2. Determinar a tramitação do processo pelos setores competentes em especial ao Departamento de Licitações para que proceda aos tramites internos.
3. Encaminhe-se ao Setor de Compras e Licitações para as providências imediatas.

LEILA DA ROCHA
Prefeita

MUNICÍPIO DE
SÃO JORGE D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

Portaria nº. 2.516/2023

Dispõe sobre a designação para responder pela função de Agente de Contratação, Pregoeiro, Equipe de Apoio e Comissão de Contratação do Município de São Jorge D'Oeste – Pr, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e Decreto Municipal n.º 3.927/2023.

LEILA DA ROCHA, Prefeita do Município de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em especial pelo disposto no inciso VIII do art. 68 da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Sr. Daniel Souza Dias para responder, pela função de AGENTE DE CONTRATAÇÃO do Município de, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo único. Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro.

Art. 2º - Compete ao agente de contratação e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I – tomar decisões em prol da boa condução da licitação, inclusive por meio de diligência às áreas requisitantes de contratações, para fins de saneamento da fase preparatória, caso necessário;
II – acompanhar os trâmites da licitação e promover diligências se for o caso, para que o calendário de contratação previsto no Plano de Contratações Anual seja cumprido e observado, ainda, o grau de prioridade da contratação; e
III - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos e requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos, caso necessário;
IV – conduzir e coordenar a sessão pública da licitação, promovendo as seguintes ações:
a) verificar a conformidade da proposta mais bem classificada com os requisitos estabelecidos no edital;
b) verificar e julgar as condições de habilitação;
c) sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, conforme o disposto no §1º do art. 64 da Lei nº 14.133, de 2021, e se necessário, afastar licitantes em razão de vícios insanáveis;
d) negociar, quando for o caso, condições mais vantajosas com o primeiro colocado;

e) indicar o vencedor do certame;

f) receber recursos, apreciar sua admissibilidade e, senão reconsiderar a decisão, encaminhá-los à autoridade competente;

V – conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

VI – encaminhar o processo instruído, após encerradas as fases de julgamento e de habilitação e exauridos os recursos administrativos, à autoridade superior para adjudicação e para homologação.

Parágrafo Único - A atuação do agente de contratação na fase preparatória deverá ater-se ao acompanhamento e às eventuais diligências para o fluxo regular da instrução processual.

Art. 3º - O agente de contratação poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, bem como do órgão de controle interno, a fim de subsidiar sua decisão.

Art. 4º - Ficam designados os servidores abaixo relacionados como membros da equipe de apoio, nos termos da lei 14.133/2021 que auxiliará o Agente de Contratação/Pregoeiro, na condução dos processos licitatórios:

Fabiana Dal Ponte
Franciela Carletto Wulff
Sidiane Aparecida Schmoller Sulsbach

Parágrafo único. A equipe de apoio poderá solicitar manifestação técnica do órgão de assessoramento jurídico ou de outros setores do órgão ou da entidade licitante, bem como do órgão de controle interno, a fim de subsidiar sua decisão.

Art. 5º - Ficam nomeados para comporem a Comissão de Contratação nos termos da Lei nº 14.133/2021 os seguintes servidores:

Daniel Souza Dias – Membro
Fabiana Dal Ponte - Membro
Franciela Carletto Wulff – Membro
Sidiane Aparecida Schmoller Sulsbach - Suplente

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Publicado no AMP
Expedição nº 2923
Data 20 / 12 / 2023
Página 24

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e vinte e três, 61º ano de emancipação.

Leila da Rocha
Prefeita

MUNICÍPIO DE
SÃO JORGE D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

SÃO JORGE D'OESTE - PARANÁ, 30/07/2024

DE: **Departamento de Licitações**
PARA: **Assessoria Jurídica**

Pelo presente encaminhamos a Vossa Senhoria minuta do Edital de Licitação nº. **xxx/2024**, **MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO** e respectiva minuta da ata de registro de preços, para os fins previsto no parágrafo único do art. 53 da Lei n° 14.133/2021.

Atenciosamente,

Franciela Carletto Wulff
Departamento de Licitações

Assessor Jurídico

Recebi neste data 30/07/24.

MUNICÍPIO DE
SÃO JORGE D'OESTE
Estado do Paraná www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ 76.995.380/0001-03

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 9000x/2024
PROCESSO LICITATÓRIO N° xx/2024
DATA DA REALIZAÇÃO: xx/xx/2024
HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: às 08h00
LOCAL: Prefeitura do Município de São Jorge D'Oeste – Paraná
www.gov.br/compras/pt-br "Acesso Identificado"

O **MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE**, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob n.º 76.995.380/0001-03, através da Secretaria de Administração, localizada na Av. Iguaçu, 281 – centro – São Jorge D'Oeste Paraná, por intermédio da Excelentíssima Prefeita, Leila da Rocha, torna pública a realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, para atender à solicitação da Secretaria Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças, objetivando a **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte de alunos universitários para a cidade de Francisco Beltrão, com veículo que deverá seguir as orientações do detran, denatran e contran, bem como legislaçao pertinente, para atender a Lei 779/2017 e socilitação da Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças do Município de São Jorge D'Oeste - Pr.**

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

0X de xxx de 2024 às 08h00

UASG: 926478 – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE/PR
Local da Sessão Pública: www.gov.br/compras/pt-br

O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposiçoões deste Edital e seus Anexos, da Lei Federal n° 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto Municipal nº 3927 de 30 de março de 2023 e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e da legislação complementar aplicável.

É Pregoeiro deste Município Daniel Souza Dias e equipe de apoio Fabiana Dal Ponte, Franciela Carletto Wulff e Sidiane Aparecida Schmoller Sulsbach, designados pela Portaria nº 2.516 de 18 de dezembro de 2023, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná Edição 2.923 do dia 20 de dezembro de 2023.

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial https://www.gov.br/compras/pt-br.

1 – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste **PREGÃO Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte de alunos universitários para a cidade de Francisco Beltrão, com veículo que deverá seguir as orientações do detran, denatran e contran, bem como legislaçao pertinente, para atender a Lei 779/2017 e socilitação da Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças do Município de São Jorge D'Oeste - Pr.**

1.2 Edital e seus Anexos podera˜o ser obtidos atrave´s da Internet pelos endereços eletrônicos:
www.gov.br/compras/pt-br **e** www.pmsjorge.pr.gov.br.

1.3 A licitação será dividida em **itens**, conforme tabela do ANEXO I do edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.4 Em caso de **discordância** existente entre as especificaçoões deste objeto descrito no **Compras Governamentais** (CATMAT) e as especificações constantes deste **Edital**, prevalecerão as **últimas.**

1.5 As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações pelo telefone nº (046) 3534-8060.

2 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), por meio do sítio https://www.gov.br/compras/pt-br, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

2.1.1 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Gestaão do Ministério da Economia (SEGES), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização, de acordo com as orientações que seguem no link: https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/conheca-o-compras/sicaf-digital

2.1.2 O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de São Jorge D'Oeste a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2 Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo de atividade que seja compatível com o objeto desta licitação e que

satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

2.3 Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas ou sociedades cooperativas que, por qualquer motivo:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;

2.3.2 estejam impedidas de licitar e contratar nos termos do art. 156, III da Lei nº 14.133/2021, e nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, bem como, tenham sido declaradas inidoneas para licitar ou contratar nos termos do artigo 156, IV, da Lei 14.133/2021;

2.3.3 tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o Município de São Jorge D'Oeste, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;

2.3.4 estejam elencadas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

2.3.5 encontrem-se em processo de dissolução ou liquidação;

2.3.6 constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

2.3.7 em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92.

2.4 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.3 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

2.4.1 SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda o art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021;

2.4.2 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

2.4.3 Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no endereço

eletrônico http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes;

2.4.4 Consulta ao Sistema Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br.

2.5 A consulta aos cadastros seraá realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

2.6 Constatada a existência de sanção ou ocorrência impeditiva indireta, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

2.6.1 A inabilitação em decorrência do que trata o item 2.6 configurará infração pelo licitante prevista no inciso X (comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza) do art. 155 da Lei nº 14.133/2021 e acarretará na responsabilização administrativa mediante processo pertinente.

2.7 As sociedades cooperativas poderão participar deste certame desde que satisfaçam os requisitos estipulados pelo art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

2.8 Será permitida a participação de empresas sob o regime de consórcio, obedecidas às condições dispostas no art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

3 – DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcado para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

3.2 A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o preço unitário de cada item, observados o quantitativo e a unidade de fornecimento do objeto a ser contratado, conforme o Termo de Referência (Anexo I).

3.2.1 Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

3.2.2 Não será aceito quantitativo inferior ao total previsto para registro.

3.3 Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.

3.4 O campo 'Descrição Detalhada do Objeto Ofertado' será destinado às informações complementares da proposta, observando-se os seguintes prazos e condições:

Av. Iguaçu, 281 | Cx. Postal 31 | Fone/Fax 46 3534-8050 | CEP 85575-000 | São Jorge D'Oeste | PR

3.4.1 Prazo de entrega dos produtos de, no máximo, 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota de empenho acompanhada da ordem de fornecimento.

3.4.2 Os prazos de que tratam o item 3.4.1 poderá ser prorrogados uma vez, por igual período, quando solicitado pelo convocado durante o transcurso do prazo e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

3.4.3 Prazo de garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo do objeto.

3.4.3.1 Desde que seja de interesse do contratante, poderá ser aceita a entrega de itens com prazo de validade, na data de entrega, inferior ao citado no subitem 3.4.2 É imprescindível que esses produtos sejam acompanhados de carta de segurança (carta-garantia), na qual o fornecedor se compromete a substituir a quantidade do item que não for consumida até a data de sua expiração pela mesma quantidade de um novo lote.

3.5 A omissão dos prazos e condições fixados no subitem anterior implica a aceitação, por parte da licitante proponente, daqueles indicados neste edital.

3.6 Não serão classificadas as propostas em desconformidade com este edital.

3.7 A licitante deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as declarações:

3.7.1 de condições de participação:

a) sobre ciência do edital;

b) sobre inclusão de custos para atender obrigações trabalhistas.

3.7.2 para fins de habilitação:

a) sobre atendimento aos requisitos de habilitação;

b) sobre inexistência de impedimento à habilitação

c) sobre cumprimento das reservas de cargos previstas em lei e em outras normas específicas;
d) sobre conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

e) sobre ausência de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.

3.7.3 de cumprimento da legislação trabalhista:

Av. Iguaçu, 281 | Cx. Postal 31 | Fone/Fax 46 3534-8050 | CEP 85575-000 | São Jorge D'Oeste | PR

a) sobre inexistência de tratamento desumano ou degradante;

b) sobre cumprimento às exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

3.8 A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006, deverá declarar sua condição em campo próprio do sistema.

3.9 Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

3.10 Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

3.11 As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

3.11.1 Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

3.12 A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

4 – DA SESSÃO PÚBLICA

A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br.

4.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico ("chat").

4.2.1 Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá formalizar o apontamento, de imediato e exclusivamente, pelo e-mail daniel@pmsjorge.pr.gov.br, sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o Pregoeiro registrar o fato no "chat" e relatar o teor das comunicações.

4.3 Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

4.4 Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

4.5 No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br.

4.1 4.6 O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no "chat", os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

5 – DO INÍCIO DA DISPUTA E DA VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa "aberto", conforme procedimento estabelecido no art. 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

5.2 A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 5.3.

5.3 Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

5.3.1 proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

5.3.2 proposta com preços manifestamente inconsistentes ou com presunção absoluta de inexequibilidade;

5.4 Serão considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertado valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.

5.1 5.5 Mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 5.3.

6 – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

6.2 A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

6.3 Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do

menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

6.4 Havendo empate entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

6.4.1 Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no subitem anterior.

6.4.2 Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio eletrônico a ser realizado pelo pregoeiro.

6.4.3 Não será aplicado o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

6.5 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.5.1 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.6 Durante a "etapa aberta" da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.6.1 A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

6.7 Durante a disputa, como medida excepcional, o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, poderá, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletronica automática via sistema, e consequentemente a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa (Art. 120, §§4º e 5º, do Decreto Municipal 3927/2023).

6.8 Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o intervalo mínimo de R$ 0,01 (um centavo de real).

7 – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 Aplica-se à presente licitação as disposiçõess constantes dos arts. 42 a 49 da Lei nº Complementar nº 123/2006, salvo nas hipóteses previstas no § 1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

7.2 Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei

Complementar nº 123/2006 e do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, devendo declarar tal condição em campo próprio do sistema na oportunidade de cadastramento da proposta.

Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances nos termos do subitem anterior, serão observados os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.3.1 Encerrada a fase de lances, caso a melhor oferta não tenha sido formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte e haja proposta apresentada por alguma licitante enquadrada na condição de ME/EPP, com valor até 5% (cinco por cento) superior àquela melhor oferta, proceder-se-á da seguinte forma:

7.3.1.1 a microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova oferta que supere aquela considerada melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será declarada vencedora do certame;

7.3.1.2 não sendo vencedora da fase de lances a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na condição de ME/EPP e cujas ofertas estejam dentro do limite fixado no caput deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.3.2 Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, será considerada como vencedora da fase de lances a licitante que, originalmente, tenha apresentado a melhor oferta durante a disputa.

8 – DO JULGAMENTO

8.1 O critério de julgamento adotado será o de menor preço por item.

8.2 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e especificações deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União

(https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

e) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante.

8.3.1 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.3 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 7.2 e 7.3 deste edital.

8.4 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9 - DA NEGOCIAÇÃO

Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

9.1.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

9.1.2 Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação ou em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos no artigo 60, da Lei 14.133/2021 (Artigo 127, §2º do Decreto 3927/2023).

10 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA AJUSTADA AO ÚLTIMO LANCE

O Pregoeiro solicitará à licitante provisoriamente vencedora o envio da proposta de O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo 4 do edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

10.1.1 Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail daniel@pmsjorge.pr.gov.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no "chat" a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

10.1.2 O prazo para envio da proposta é de, no máximo, 02 (duas) horas a contar da

convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

10.1.3 O prazo para envio da proposta é de, no máximo, 02 (duas) horas a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro quando o prazo estabelecido não for suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para verificação ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

10.1.4 O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de ficha técnica, catalogos, *folders*, prospectos e outros documentos ou materiais de divulgação que contenham informações técnicas e detalhamentos acerca dos produtos e/ou equipamentos ofertados, antes mesmo da apresentação de eventual amostra.

10.1.5 A apresentação dos materiais e documentos a que se referem os subitens não desonera a licitante da obrigação de apresentar amostras que venham a ser solicitadas.

10.1.6 Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.1.7 A proposta será desclassificada quando:

a) contiver vícios insanáveis;

b) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

c) apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;

d) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e

e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

10.1.7.1 O MUNICÍPIO poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada, conforme disposto na alínea "d" acima.

10.2 O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto aos preços unitários ofertados, que não poderão ser superiores aos valores estimados constantes no Termo de Referência (Anexo I).

10.2.1 O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a

juntada posterior de documentos complementares à proposta.

10.2.2 Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

10.2.3 Se houver indícios de inexequibilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta, devendo a licitante apresentar Planilha por ela elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa 73/22 da SEGES/ME.

10.2.4 Concluída a negociação se houver resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação;

10.2.5 Em sendo o caso, a apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem com o detalhamento das bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos encargos Sociais (ES), deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora.

11 – DA HABILITAÇÃO

Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF; b) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

e) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

11.1.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" ,"d" e "e" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)

11.2 Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como "objeto social" no ato constitutivo das licitantes, conforme

natureza da pessoa jurídica.

11.3 Caso não estejam digitalmente disponíveis no SICAF, em observância ao disposto no item 3.6 deste edital, no ato do cadastramento da proposta, a licitante deverá apresentar a documentação comprobatória dos seguintes requisitos de habilitação:

11.3.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a. No caso de empresário individual: **inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

b. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

c. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI**, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

d. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

e. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

f. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

g. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.3.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

a. **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.

b. **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)** e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c. **Prova de regularidade com a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante.

d. **Prova de regularidade com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante.

e. **Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).**

f. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

g. **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

h. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.3.4 – DECLARAÇOES:

a. A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação, as declarações indicadas no subitem 3.7.2 deste edital.

b. Declaração unificada, conforme modelo contido no Anexo IV.
c. Declaração de indicação do motorista ANEXO V.

c. Na ausência da Declaração Unificada elencada no item 11.3.4, considera-se válida as Declarações devidamente preenchidas e dispostas no campo próprio do sistema eletrônico, sendo que a Declaração Unificada será solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

11.4. Os documentos exigidos neste Capítulo que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

11.4.1 O prazo para envio dos documentos de que trata o item 11.4 é de, no mínimo, 02 (duas) horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.4.2 Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

11.4.3 Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.5 O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele

encaminhados.

11.5.1 Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

11.5.1.1 Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Av. Iguaçu, 281, Centro São Jorge D'Oeste, Pr, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

11.6 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 11.4, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

a) a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

c) a apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.

11.6.1 A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item 11.7 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

11.7 Caso seja necessário, para fins de confirmação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 11.6, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de "anexos" do sistema.

11.7.1 - Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o e-mail daniel@pmsjorge.pr.gov.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no "chat" a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

11.7.2 - O prazo para envio dos documentos é de, no máximo, 02 (duas) horas a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro quando o prazo estabelecido não for suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para verificação ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.7.3 - Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o

tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

11.7.4 - Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.8 Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

11.8.1 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

11.8.2 Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

11.9 Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

11.10 As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

11.10.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

11.10.2 A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

11.11 O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

11.11.1 Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

11.12 Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de "Ocorrências Impeditivas

Indiretas" em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, "e", e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

11.12.1 Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

a) identidade dos sócios;

b) atuação no mesmo ramo de atividades;

c) data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;

d) compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos.

e) identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;

f) identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.

11.12.2 Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o Pregoeiro registrará, no "chat", as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

11.12.3 Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro, ao estender à licitante os efeitos das sanções que acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

a) inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;

b) relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

12 – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

12.1 Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinará a

proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

12.2 Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

CAPÍTULO XIII – DO RECURSO

13.1 Qualquer licitante poderá, no prazo de até 10 (dez) minutos do término do julgamento das propostas e após o ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

13.1.1 O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.

13.1.2 Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 13.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.

13.1.3 Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item 13.1.2.

13.2 Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

13.2.1 Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

13.3 O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados a Prefeita para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

13.4 O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

CAPÍTULO XIV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 O objeto deste Pregão será adjudicado pela Prefeita, quando houver recurso, e pela Prefeita nos demais casos.

14.2 A homologação deste Pregão compete à PREFEITA.

14.3 O objeto deste Pregão será adjudicado por grupo de itens à vencedora do certame.

14.4 Antes da homologação da licitação pela Diretora-Geral, para os fins de que trata o inciso VII do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, as licitantes que tenham apresentado propostas não recusadas para itens adjudicados à licitante vencedora, serão convocadas, por meio do Sistema Eletrônico Compras.gov.br, para que, dentro do prazo estipulado e procedimentos operacionais, manifestem seu interesse em aderir ao cadastro de reserva, desde que aceitem ofertar o objeto a preços iguais ao da licitante vencedora.

13 – DA ASSINATURA DO CONTRATO OU DA ATA

13.1 A licitante vencedora será convocada para assinar o contrato ou a Ata, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

13.1.1 O prazo de convocação de que trata o item 15.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitaça˜o da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

13.1.2 Será permitida a assinatura eletrô nica do contrato ou da Ata, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 15.1.

13.1.3 Caso a licitante vencedora convocada não realize a assinatura do contrato ou da Ata no prazo estabelecido no item 15.1, será facultado à Administração, através do Pregoeiro, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observando-se o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

13.2 Por ocasião da assinatura do contrato ou da Ata, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mante´m as condiçoões de habilitação e, ainda, se atende ao disposto no § 4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.

14 – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a Ata no prazo estabelecido no item 15.1 caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato ou da Ata, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

14.2 As licitantes subsequentes, na hipótese de aceitarem a convocação prevista no subitem 15.1.4, e, posteriormente, recusarem-se a assinar o contrato ou a Ata, ficarão também sujeitas às sanções referidas no item 16.1.

14.3 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano á Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) Der causa à inexecução total do contrato;
d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaraão falsa durante a execução do contrato;
f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.4 Seraõ aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV - Multa:

1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
   1.a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas claúsulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" até "h" do caput da Claúsula Nona, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do caput da Claúsula Nona, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
5. Compensatória, para infração descrita na alínea "b" do caput da Claúsula Nona, a multa será de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.
6. Compensatória, para a infração descrita na alínea "a" do caput da Clúsula Nona, a multa será de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.
7. Compensatria, para infrações descritas na alínea "d" do caput da Cláusula Nona,

a multa será de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.

14.5 A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.6 Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021), sendo que a somatória das multas previstas acima não poderá ultrapassar ao percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

14.7 Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.8 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.9 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a diferença da multa não descontada das faturas devidas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.10 Se os valores das faturas forem insuficientes ou inexistentes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância de multa aplicada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.

14.11 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.12 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes, como o caráter educativo da pena e a reincidência de transgressões por parte da CONTRATADA;
d) Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.13 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos

mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definido na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.14 A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.15 O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), conforme art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021, assim como as sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).

14.16 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

15 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

15.1 Até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico daniel@pmsjorge.pr.gov.br.

15.2 Compete ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação.

15.2.1 A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

15.3 Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

15.4 Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeiro até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico daniel@pmsjorge.pr.gov.br.

15.4.1 Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil

anterior à data prevista para a abertura do certame.

15.5 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no Sistema Eletrônico Compras.gov.br e no Portal da Transparência do MUNICÍPIO para os interessados.

16 – DA DOTAÇAO ORÇAMENTÁRIA

16.1 Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente edital são oriundos de Recursos Próprios do MUNICÍPIO. Os recursos orçamentários correrão por conta da seguinte dotação:

Dotações					
Exercício da despesa	**Conta da despesa**	**Funcional programática**	**Fonte de recurso**	**Natureza da despesa**	**Grupo da fonte**
2024	**1730**	**07.001.04.122.0004.2026**	**0**	**3.3.90.33.00.00**	**Do Exercício**
2024	**1740**	**07.001.04.122.0004.2026**	**504**	**3.3.90.33.00.00**	**Do Exercício**
2024	**1750**	**07.001.04.122.0004.2026**	**1045**	**3.3.90.33.00.00**	**Do Exercício**
2024	**1990**	**07.001.04.122.0004.2027**	**0**	**3.3.90.33.00.00**	**Do Exercício**

17 – DA FORMA DE PAGAMENTO

17.1 Os pagamentos serão efetuados em atá 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal, acompanhada pela nota de empenho, devidamente assinada pelo fiscal designado pelo MUNICÍPIO e após o recebimento definitivo do objeto, atraves de transferência eletrônica para a conta bancária da CONTRATADA indicada pela mesma.

17.2 Caberá à CONTRATADA apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, com a Previdência Social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades previstas no Item 16 deste edital.

17.3 As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

17.4 Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal apresentada ou em caso de descumprimento pela CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades pertinentes a este edital, o prazo constante do item 19.1 poderá ser suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

17.5 Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo MUNICÍPIO, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano.

17.6 O MUNICÍPIO efetuará o desconto dos impostos do valor contratado, conforme legislação vigente.

18 – DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS MATERIAIS OU DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

18.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei nº. 14.133/2021.

18.2 Os serviços serão programados, autorizados e coordenados pela Secretaria de Administração, Cultura e Esportes, de acordo com o calendário acadêmico do ano de 2024.

18.3 Os serviços deverão ser prestados conforme Termo de Referência.

18.4. Efetivada a entrega ou prestado o serviço, o objeto será recebido:

18.4.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação concomitante da conformidade ao serviço com as exigências contratuais.

18.4.2. Definitivamente, pelo gestor do contrato ou da Ata, mediante termo hábil, após verificação do relatório detalhado e da documentação apresentada pelos fiscais do contrato.

18.5. Constatadas irregularidades no material entregue ou na prestação do serviço, o MUNÍCÍPIO poderá:

18.5.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, manifestando-se o gestor motivadamente sobre o assunto, cabendo à CONTRATADA providenciar a substituição em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito;

18.5.2. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, devendo a CONTRATADA fazê-lo em conformidade com a indicaça˜o do gestor, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

18.6. Ao MUNICÍPIO não caberá qualquer ônus pela rejeição de materiais ou serviços considerados inadequados pelo gestor.

18.7. Independentemente da aceitação, a CONTRATADA garantirá qualidade do produto fornecido ou serviço prestado pelo prazo estabelecido na respectiva garantia, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação do gestor.

19 – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

19.1 Caberaá aos gestores e fiscais designados pela autoridade competente do Município promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes do

Av. Iguaçu, 281 | Cx. Postal 31 | Fone/Fax 46 3534-8050 | CEP 85575-000 | São Jorge D'Oeste | PR

contrato ou da Ata.

19.2 A CONTRATADA deverá indicar preposto, durante o período de vigência, para representá-la sempre que for necessário.

20 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

20.2 Integram este edital os seguintes anexos: Anexo I – Termo de Referência; Anexo II – modelo de apresentação de proposta, Anexo III – modelo de apresentação de proposta; ANEXO IV – Declaração Unificada e ANEXO V – Declaração de indicação do motorista

20.3 Os atos normativos do Município referenciados neste edital podem ser consultados no sítio eletrônico https://www.pmsjorge.gov.br e https://www.gov.br/compras/pt-br .

20.4 É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer, sanear ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

20.5 No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

20.6 As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do Pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

20.7 A aplicação dos normativos expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia limitar-se-á aos aspectos operacionais inerentes à parametrização do Sistema Eletrônico Compras.gov.br, prevalecendo os normativos regulamentares do Município no tocante à disciplina da fase preparatória da contratação, da atuação do Pregoeiro, prazos e procedimentos atinentes ao envio de documentação pelas licitantes, diligências e saneamento de falhas, aplicação de sanções e procedimentos posteriores à homologação do certame.

20.8 As limitações operacionais porventura existentes no Sistema Eletrônico Compras.gov.br decorrentes de imposições normativas restritas ao âmbito do Sistema de Serviços Gerais - SISG, de que trata o Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, não vinculam o Município, podendo ser adotadas medidas para a sua superação, prevalecendo, nesses casos, a instrução constante do processo administrativo correspondente ao certame.

20.9 O Pregoeiro não se responsabilizará por e-mails ou contatos que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de São Jorge D'Oeste quanto do emissor.

20.10 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.11 Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

21 – DO FORO

21.1 Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realizaça˜o do presente Pregão que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro da Comarca de na cidade de São João, Paraná, com exclusão de qualquer outro.

São Jorge D'Oeste, xx de xxxx **de 2024.**

LEILA DA ROCHA
PREFEITA

EDITAL DE PREGÃO Nº 9000x/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº xx/2024
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte de alunos universitários para a cidade de Francisco Beltrão, com veículo que deverá seguir as orientações do detran, denatran e contran, bem como legislaçao pertinente, para atender a Lei 779/2017 e socilitação da Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças do Município de São Jorge D'Oeste - Pr.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO DO(S) ÓRGÃO(S) SOLICITANTE(S).

1.1 ÓRGÃO(S) PÚBLICO(S) INTERESSADO(S)

1.1.1 Órgão gestor:

Secretaria Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças.

1.1.2 Órgãos participantes:

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

1.1.3 Planejamento municipal:

Verifica-se a consonância com o Plano de Contratação Anual, elaborado pela Administração Municipal para os anos 2023-2024, regulamentado no art. 30º do Decreto nº 3.927/23, prevalecendo a execução de um serviço novo posto a disposição dos munícipes.

1.2 RESPONSÁVEL(IS) PELO TERMO DE REFERÊNCIA

Leandro Pagliari Jacobs – Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças.

Clarice Madalena Schimitt Augustin – Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Clodoaldo Blank – Agente de Licitações.

2. MODALIDADE, FORMA, FORMATO E PROCEDIMENTO(S) AUXILIAR(ES).

2.1 DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO

Indica-se o **PREGÃO**, com o critério de julgamento por **MENOR PREÇO**, configurado por **ITEM,** para manter a conformidade com o inciso XLI do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

2.2 DA FORMA DA LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO.

Indica-se por meio **ELETRÔNICO,** visando atender o inciso VI do art. 12º da Lei nº 14.133/2021.

2.3 DO FORMATO DOS DOCUMENTOS

Destaca-se que no presente processo de contratação, os documentos deverão ser entregues de forma digital, em canal disponibilizado pela Administração Municipal, na forma do edital.

2.4 DO(S) PROCEDIMENTO(S) AUXILIAR(S)

Não se aplica.

3 RESUMO DO OBJETO

3.1 OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPESCIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS UNIVERSITÁRIOS PARA A CIDADE DE FRANCISCO BELTRÃO, COM VEÍCULO QUE DEVERÁ SEGUIR AS ORIENTAÇÕES DO DETRAN, DENATRAN E CONTRAN, BEM COMO LEGISLAÇAO PERTINENTE, PARA ATENDER A LEI 779/2017 E SOCILITAÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE.

3.2 ARTIGO(S) DE LUXO

Verifica-se e certifica-se que os itens objeto desta contratação não se enquadram como artigos de luxo com características descritas no art. 41 do Decreto nº 3.927/23.

3.3 – NATUREZA DO(S) OBJETO(S)

O objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante no item 2.1 do Estudo Técnico Preliminar, que compõe os documentos da parte da fase preparatória, deste procedimento licitatório.

4. IDENTIFICAÇÃO DOS ITENS, DOS QUANTITATIVOS DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO.

ITEM	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD
1	**CONTRATAÇÃO DE VAN DE NO MÍNIMO 20 LUGARES LINHA UNISEP - UNIOESTE – UTFPR E UNIPAR NA CIDADE DE FRANCISCO BELTRÃO** **NOTURNO, início das aulas na UNISEP, Francisco Beltrão 19h15min às 22h45min, UNIPAR, Francisco Beltrão 19h às 22h45min, SESI/SENAI, início às 19h as 22h30min. UNIOESTE, início às 19h15min ás 22h45min. UTFPR, início às 19h30min término às 23 horas. Saindo do Posto Lourenço de São**	**KM**	**41140**

	Jorge D´Oeste com destino as Faculdade em Francisco Beltrão. Roteiro 1: Saída do posto Lourenço às (17h30min), parada no Portal, entrada do CTG, Posto Coasul, Ponto de ônibus do Loteamento Batistella, no Trevo da entrada para o Limeira, segue pela PR 281, passando por Dois Vizinhos, parada no posto Bianco e segue até as Faculdades, UNISEP, chegando às 18h35min horas, passando pelo SESI/SENAI, ESSEI, UNIOESTE, CESUL, UNIPAR e UTFPR. Roteiro 2: Retorno às 23h da UTFPR, seguindo até UNIPAR, CESUL, UNIOESTE, ESSEI, seguindo até SESI/SENAI, UNISEP, voltando para São Jorge D´Oeste pela PR 281, chegando a São Jorge com paradas no Trevo de acesso, Ponto de ônibus do Loteamento Batistella, Posto Coasul, entrada do CTG, em frente à lanchonete vento Sul. Final da linha por volta das 00:30 horas. Alunos que residem no Distrito de Paranhos faz baldeação com a linha 13 PATO BRANCO, e seguem até o Distrito. Percurso Rodado 187 km. "LINHA GEOREFERENCIADA TOTAL DA LINHA 187 km dia" Conforme documentos em anexo. "CONTRATAÇÃO DE VAN DE NO MÍNIMO 20 LUGARES COM NO MÁXIMO DE 15 ANOS DE FABRICAÇÃO". TOTAL DE KM A SER CONTRATADO 187 KM POR DIA 220 DIAS LETIVOS.		

4.1 ESPECICICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO(S) DA CONTRATAÇÃO

4.1.1 PADRÕES ACEITÁVEIS

A empresa vencedora deverá apresentar em até 10 (dez) dias úteis a planilha de custos adequada aos valores vencidos pela mesma para análise e aprovação da Administração.

Após declarada a empresa vencedora a mesma também deverá apresentar em até 10 (dez) dias úteis os seguintes documentos;

Declaração da empresa licitante indicando o motorista responsável pela condução do veículo.

Fotocópia da Carteira Nacional de Habilitação do responsável pela condução do veículo para todos os lotes/itinerários que a empresa concorrer (categoria "D" ou "E"), indicado no anexo V.

Prova de vínculo empregatício entre a empresa e o condutor (mediante cópia do registro em carteira de trabalho ou cópia da ficha de registro de empregados da empresa ou Contrato de Trabalho e Declaração do condutor atestando que será o Responsável pela execução do objeto da licitação. Obs.: Caso o condutor que irá prestar o serviço, seja dirigente ou sócio da empresa proponente, tal comprovação deverá ser feita através da cópia da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou

apresentar cópia do contrato social.

Certificado ou Declaração de Conclusão do curso de Transporte de escolares/alunos, em nome do motorista indicado, expedido por entidade legalmente reconhecida, com prazo da validade em vigor.

Certificado de registro e licenciamento do veículo a ser utilizado no serviço em nome da empresa ou do proprietário da empresa licitante, ou no caso de veículo terceirizado, deverá ser apresentado o respectivo contrato de locação com reconhecimento de assinaturas; para todos os lotes/itinerários que a empresa concorrer com o ano e modelo, o qual deverá estar em conformidade com o solicitado do anexo I termo de referência.

Certificação de Inspeção de \segurança Veicular ou Laudo de Inspeção Técnica dos veículos para todos os lotes/itinerários que a empresa concorrer, emitido pela entidade/empresa autorizada/credenciada pelo INMETRO e homologado pelo departamento nacional de Trânsito-DENATRAN.

É vedada, sob pena de inabilitação, a indicação de um mesmo Motorista por mais de uma vencedora, mesmo que haja compatibilidade de horários.

O condutor do veículo deverá:

a) Idade superior a 21 anos;

b) Habilitação para dirigir veículos na categoria "D" – "E".

c) Ter sido submetido a exame psicotécnico com aprovação especial para transporte de alunos;

d) Ter formação em curso de condutor de Transporte Escolar;

e) Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os dozes últimos meses. Apresentar certidão emitida pelo Detran da CNH do motorista.

4.1.2 – DO SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL EM RELAÇÃO AOS ALUNOS

Além dos seguros DPVAT, é dever da Contratada realizar seguro de todos os veículos utilizados para o transporte escolar cuja cobertura ampare sinistros contra a vida dos passageiros e terceiros, decorrentes da prestação de serviços de responsabilidades civil, conforme regulamentado pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres). Deverá, para tanto, como condições gerais para contratação do seguro para os veículos, observar o que se segue:

a) Modalidade de contratação: valor determinado ou valor mercado referenciado – VMR (100% tabela FIPE);

b) Cobertura, colisão, incêndio, roubo e furto;

c) RCF – V Responsabilidade civil facultativa – veículo:

*** PARA VEÍVULO TIPO VAN COM NO MÍNIMO 20 LUGARES:**

- Apólice deverá contemplar no mínimo Danos corporais e ou materiais, causados a passageiros cobertura total de R$ 1.740.000,00 (Um milhão, setecentos e quarenta mil reais)
- Apólice deverá contemplar no mínimo, Danos morais causados aos passageiros, cobertura total de R$ 174.000,00 (Cento e setenta e quatro mil reais);
- Apólice deverá contemplar no mínimo, Danos estéticos causados a passageiros transportados R$ 87.000,00 (Oitenta e sete mil reais);
- Apólice deverá contemplar no mínimo Responsabilidade civil acidentes pessoais evento morte acidental passageiros transportados r$ 87.000,00 (Oitenta e sete mil reais);
- Apólice deverá contemplar no mínimo Responsabilidade Civil acidentes pessoais evento invalidez permanente, passageiros transportados R$ 87.000,00 (Oitenta e sete mil reais);
- Apólice deverá contemplar no mínimo Responsabilidade civil para Danos corporais, causados a terceiros não transportados;

d) Até 10 (Dez) dias úteis após a data da abertura do certame, a vencedora deverá apresentar cópia autenticada (ou original com a devida cópia, para autenticação por servidor da Contratante).

e) Apólice de Seguro para cada veículo em serviço, com cobertura total para os passageiros com vigência durante too do o prazo contratual.

5. CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1 Condições gerais:

5.1.1 Fica a contratada, **obrigada a enviar no momento da emissão do documento fiscal, o arquivo XML da Nota Fiscal** no e-mail oficial: compras@pmsjorge.br.gov.br sendo condição obrigatória para empenho.

5.2 Condições específicas:

5.2.1 Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo da Nota Fiscal, a data, o nome e a assinatura do servidor responsável pelo recebimento, fazer constar o número do Pregão Eletrônico e o número do Contrato.

5.2.2 A contratada deverá **EXECUTAR/REALIZAR** o transporte **segundo calendário acadêmico das Instituições compreendidas no roteiro/itinerário, em consonância com o cronograma orientado pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes,** mediante as condições de quantidade e especificações conforme solicitação do órgão competente, nos termos do inciso X, do Art. 6º da Lei nº 14.133/2021,

5.2.3 O objeto se estiver de acordo com o edital e a proposta, será recebido:

a) PROVISORIAMENTE, no ato da entrega do objeto licitado, para posterior verificação de sua conformidade com o solicitado no edital de licitação;

b) DEFINITIVAMENTE, após a verificação da qualidade, características e quantidade do bem e consequente aceitação, no prazo máximo de até 15 (Quinze) dias, contados após o recebimento provisório.

5.2.4 O produto **recusado** será considerado como **não entregue**.

5.2.5. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá, se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

6. OBRIGAÇÕES DAS PARTES NA EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1 Obrigações gerais:

6.1.1 Aplicam-se as obrigações gerais estabelecidas na minuta do contrato administrativo.

6.2. Obrigações específicas da contratada;

6.2.1 DURANTE A EXECUÇÃO DO OBJETO, estará sob a responsabilidade da contratada, a garantia das condições normais dos de conservação dos veículos.

6.2.2 Efetuar o transporte em perfeitas condições, em observância das especificações deste documento, do edital, das normas técnicas aplicáveis.

6.2.3 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste documento e demais documentos do presente processo de contratação.

6.2.4 Não transferir a terceiros (subcontratar), por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, sob pena de interrupção do contrato e aplicação das demais sanções administrativas cabíveis.

6.2.5 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição

de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

6.2.6 Responsabilizar-se: pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, frete, seguros, deslocamento de pessoal, prestação e garantia de quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

6.2.7 Sujeitar-se a eventual alteração na forma e periodicidade de emissão das notas fiscais e dos pagamentos, conforme mecanismos para aperfeiçoar a relação entre as partes e reduzir a burocracia diária de trocas de documentos, quando da implementação, sem qualquer acréscimo contratual.

6.2.8 No âmbito de eventual responsabilidade civil ou administrativa pelos vícios e/ou defeitos, relacionados com o objeto da contratação, aplicam-se as disposições do Código de Defesa do Consumidor, cujo ônus da prova é do Contratado(a).

6.2.9 Os veículos utilizados no transporte acadêmico, além dos requisitos previstos na legislação federal, deverão sujeitar-se ao seguinte:

*** Os veículos deverão ter no máximo 20 anos de fabricação com apresentação de laudo para autorização de transporte coletivo acadêmico.**

*** Os problemas apontados e os possíveis defeitos, as medidas e os prazos proponente solucionar., serão determinados pela Administração Municipal. O primeiro laudo de vistoria deverá ser entregue até a assinatura do contrato.**

*** Os serviços serão programados, autorizados e coordenados pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, de acordo com o calendário acadêmico do ano de 2024.**

*** Sujeitar-se a vistorias constantes, independente da realizada por ocasião de seu licenciamento, a ser realizada diretamente pelo Município ou por entidade credenciada (CIRETERAN e Engenheiro Mecânico).**

Possuir pintura nas laterais e traseira, em toda sua extensão, de uma faixa horizontal amarela de no mínimo 0,40m de largura à meia altura, na qual se inscreverá em preto o dístico: "A SERVIÇO DO TRANSPORTE ESCOLAR DE SÃO JORGE D'OESTE".

Equipamento registrador instantâneo de velocidade e tempo.

Lanterna de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanterna de luz vermelha dispostas nas extremidades superior da parte traseira.

Possuir cintos individuais de segurança, segundo as normas estabelecidas pelo CONTRAN em número iguala a lotação.

Possuir extintor de incêndio, obedecidas às normas do CONTRAN.

Outros equipamentos obrigatórios pelo CONTRAN.

Certificado de Inspeção de Segurança Veicular Escolar ou Laudo de Inspeção Técnica, emitido pela entidade/empresa autorizada/credenciada pelo INMETRO e homologada pelo departamento nacional de trânsito – DENATRAN.

Inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança.

6.3 Obrigações do Município de São Jorge D'Oeste:

6.3.1 Dar preferência para o formato digital dos documentos a serem emitidos no âmbito do relacionamento com a empresa contratada, especialmente durante a execução do objeto de contratação, liquidação e pagamento, por meio do processamento e armazenamento em meio digital dos documentos.

6.3.2 Disponibilizar à empresa contratada, os dados **NÃO SENSÍVEIS** e necessários para conferência da efetiva autorização para o recebimento/retirada dos produtos objetos da contratação, representada na assinatura no físico do documento fiscal (Nota Fiscal).

7. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO.

7.1 Condições Gerais:

7.1.1 Aplicam-se as condições gerais de gestão e de fiscalização estabelecidas na minuta padrão do contrato administrativo.

7.2 Condições especiais:

7.2.1 Estará sob a responsabilidade dos servidores indicados no Decreto nº 4.358/2024, de onde se extrai que o **Gestor do Contrato** é o Secretário nomeado para a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes. Ainda, no anexo I do referido Decreto, fica designada a servidora Alice de Fatima Agostini Parcianello como Fiscal Técnico, Camila Belusso como Fiscal Administrativo e Elisabete Crestina Pegorini Matei Fiscal Setorial

.

8. DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO.

8.1 Condições gerais:

8.1.1 Aplicam-se as condições gerais de gestão e de fiscalização estabelecidas na minuta padrão do contrato administrativo.

8.2 Condições especiais:

8.2.1 Não se confunde com o recebimento provisório a colhida da assinatura do servidor no documento fiscal emitido no ato da entrega física do material.

8.2.2 O recebimento provisório e o recebimento definitivo, serão nos termos do art. 19 do Decreto Municipal nº 3.976/2023, e dos art. 3º, §7º do art. 7º do Decreto Municipal nº 4.116/2024.

8.2.3 As notas fiscais deverão ser emitidas conforme orientações da Secretaria Municipal de Finanças, permitida a exigência de emissão dos documentos fiscais, de forma separada, incluindo a diversidade de CNPJs.

8.2.4 Recebidos os documentos mencionados no subitem 8.2.3, a Secretaria Municipal de Finanças, por meio do órgão competente e do(s) servidor(es) designado(s), realizará a conferência da documentação encaminhada e, se regular, emitirá a(s) nota de empenho(s) necessário(s), de forma separada por cada órgão público a que esteja vinculado o objeto do procedimento, a(s) qual(is) depois de assinada(s), (conforme instrução no art. 157 do Decreto nº 3.927/2023), pelos fiscais competentes e designados por Secretaria Municipal, constantes no Anexo I do Decreto nº 4.116/2024, servirá como acusação do recebimento definitivo do objeto.

8.2.5 A nota de empenho (ou documento anterior) identificará o servidor que realizará a conferência dos documentos e emissão da(s) nota(s) de empenho.

8.2.6 Emitida(s) a(s) nota(s) de empenho, o procedimento de liquidação de despesa será encaminhado para os órgãos competentes, até o seu encerramento na Tesouraria, que efetuará o pagamento, respeitando-se o prazo limite estabelecido em contrato.

8.2.7 Os procedimentos de liquidação de despesa, com toda a documentação, mencionada acima, deverão ser armazenados em arquivo próprio, preferencialmente em formato digital, na forma indicada pelo Controle Interno, permitindo a fiscalização de órgãos internos e externos.

8.2.8 O recebimento definitivo (emissão da nota de empenho) poderá ser suspenso, no todo ou em parte, quando a execução do objeto de execução ou a documentação encaminhada pelo Contratado estiver em desacordo com as exigências estabelecidas neste processo de contratação.

8.2.9 Em se tratando de irregularidade na documentação encaminhada pelo Contratado, não será iniciado o prazo para pagamento até que a documentação seja completamente regularizada pelo Contratado.

8.2.10 Em se tratando de vício ou defeito na execução do objeto da contratação, poderão ser aplicadas medidas cautelares administrativas, nos termos da minuta padrão de contrato.

Av. Iguaçu, 281 | Cx. Postal 31 | Fone/Fax 46 3534-8050 | CEP 85575-000 | São Jorge D'Oeste | PR

8.2.11 O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade civil, criminal e administrativa pelos vícios e/ou defeitos, relacionados com o objeto da contratação, descobertos em momento posterior, aplicando-se as hipóteses e os prazos previstos no Código de Defesa do Consumidor.

9. DO PAGAMENTO

9.1 Condições gerais:

9.1.1 Aplicam-se as condições gerais de gestão e de fiscalização estabelecidas na minuta padrão do contrato administrativo.

9.2 Condições especiais:

9.2.1 O pagamento será feito pelo Município de São Jorge D'Oeste de forma parcelada, na periodicidade definida em contrato, de acordo com a periodicidade do encaminhamento da documentação relacionada no subitem 8.2.4.

9.2.2 O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias úteis, subsequentes ao recebimento definitivo.

9.2.3 O Município de São Jorge D'Oeste poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a tributos, multas ou indenizações devidas pelo(a) fornecedor(a), incidentes sobre a execução do objeto da contratação.

9.2.4 O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

9.2.5 O Município de São Jorge D'Oeste, tem regulamentado no Art. 159 do Decreto nº 3.924/2023, a **ORDEM CRONOLÓGICA DOS PAGAMENTOS**. Aos pontos sobre as possibilidades de alteração desta ordem cronológica e classificatória para a efetivação dos pagamentos, poderá ser nas condições do Art. 160 do Decreto nº 3.927/2023.

10. DA DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 Os valores que se pretende despêndiar com a presente contratação, estão de acordo com o planejamento orçamentário.

10.2 A dotação orçamentária específica está indicada no Parecer Contábil que se segue.

Município de São Jorge D'Oeste - 2024
Saldo das contas de despesa
Calculado em: 15/07/2024

Página:1

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F: PADRÃO/ ORIG/ APL/ DES/ DET)				Valor autorizado	Valor atualizado	Líquido empenhado	Saldo atual
07 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS				677.472,82	677.472,82	249.118,72	428.354,10
001 Departamento de Administração				672.472,82	672.472,82	249.118,72	423.354,10
04.122.0004.2026 Serviços Administrativos				672.472,82	672.472,82	249.118,72	423.354,10
3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO							
01730	E	00000	0000/01/0700/00 Recursos Ordinários (Livres)	400.000,00	400.000,00	183.629,08	216.370,32
01740	E	00504	0504/99/9900/00 Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	172.472,82	172.472,82	26.306,64	146.166,18
01750	E	01045	1045/01/0700/00 Outros Recursos não Vinculados	100.000,00	100.000,00	39.182,40	60.817,60
002 Departamento de Contabilidade e Finanças				5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
04.123.0006.2027 Administração Contábil e Financeira				5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO							
01990	E	00000	0000/01/0700/00 Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
			Total Geral	677.472,82	677.472,82	249.118,72	428.354,10

Critérios de seleção:
Data do cálculo: 15/07/2024
Órgão entre: 07 e 07
Natureza de despesa entre: 3.3.90.33.00.00 e 3.3.90.33.99.00

Emitido por: Simone Franceschina, na versão: 8536-c 15/07/2024 10:39:47

E - Grupo da fonte do exercício / EA - Grupo da fonte de exercícios anteriores

11. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

11.1 DA NECESSIDADE DO OBJETO

11.1.1 A referida contratação visa a prestação de serviços de transporte para os alunos universitários que vão à cidade de Francisco Beltrão/PR.

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do município de São Jorge D'Oeste, no sentido de viabilizar a presença dos acadêmicos para fazer curso universitário, nas instituições de ensino situadas na cidade de Francisco Beltrão, solicita a contratação complementar de transporte acadêmico.

Destaca-se que atualmente, estão cadastrados junto a Secretaria de Educação do município, 64 (sessenta e quatro) acadêmicos que necessitam deste transporte, e que, muito embora já tenha sido realizado um pregão (10/2024 – 46 lugares) com o mesmo objeto, porém, não atende a completude da necessidade, o que justifica a iniciativa deste novo procedimento licitatório.

É dever do Município garantir o Transporte Universitário para os alunos, os quais estão amparados pela Lei Municipal n° 779/2017, a qual institui o Programa de Transporte Universitário e Alunos de Cursos Técnicos no âmbito do Município de São Jorge D'Oeste.

Município de São Jorge D'Oeste - 2024
Saldo das contas de despesa
Calculado em: 15/07/2024

Página:1

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F. PADRÃO/ ORIGI APLI/ DESTINET)					Valor autorizado	Valor atualizado	Liquido empenhado	Saldo atual
07 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS					677.472,82	677.472,82	249.118,72	428.354,10
001 Departamento de Administração					672.472,82	672.472,82	249.118,72	423.354,10
04.122.0004.2026 Serviços Administrativos					672.472,82	672.472,82	249.118,72	423.354,10
3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO								
01730	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)	400.000,00	400.000,00	183.629,68	216.370,32
01740	E	00504	0504/99/99/00/00	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrominiais não Previdenciárias	172.472,82	172.472,82	26.306,64	146.166,18
01750	E	01045	1045/01/07/00/00	Outros Recursos não Vinculados	100.000,00	100.000,00	39.182,40	60.817,60
002 Departamento de Contabilidade e Finanças					5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
04.123.0006.2027 Administração Contábil e Financeira					5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO								
01990	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
				Total Geral	677.472,82	677.472,82	249.118,72	428.354,10

Critérios de seleção:
Data do cálculo: 15/07/2024
Órgão entre: 07 e 07
Natureza de despesa entre: 3.3.90.33.00.00 e 3.3.90.33.99.00

Emitido por: Simone Franceschina na versão: 5535-c — 15/07/2024 10:39:47

E - Grupo da fonte do exercício / EA - Grupo da fonte de exercícios anteriores

11. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

11.1 DA NECESSIDADE DO OBJETO

11.1.1 A referida contratação visa a prestação de serviços de transporte para os alunos universitários que vão à cidade de Francisco Beltrão/PR.

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do município de São Jorge D'Oeste, no sentido de viabilizar a presença dos acadêmicos para fazer curso universitário, nas instituições de ensino situadas na cidade de Francisco Beltrão, solicita a contratação complementar de transporte acadêmico.

Destaca-se que atualmente, estão cadastrados junto a Secretaria de Educação do município, 64 (sessenta e quatro) acadêmicos que necessitam deste transporte, e que, muito embora já tenha sido realizado um pregão (10/2024 – 46 lugares) com o mesmo objeto, porém, não atende a completude da necessidade, o que justifica a iniciativa deste novo procedimento licitatório.

É dever do Município garantir o Transporte Universitário para os alunos, os quais estão amparados pela Lei Municipal n° 779/2017, a qual institui o Programa de Transporte Universitário e Alunos de Cursos Técnicos no âmbito do Município de São Jorge D'Oeste.

11.2. DO PREÇO

11.2.1 Indica-se a adoção do critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR ITEM,** para aquisição, entre as propostas para fornecimento do objeto.

Estima-se o valor máximo para a contratação do quantitativo do objeto, o valor de **R$ 172.376,60 (cento e setenta e dois mil, trezentos e setenta e seis reais e sessenta centavos),** conforme levantamento dos preços praticados no mercado, segundo orçamentos em anexo.

11.3 DEMAIS JUSTIFICATIVAS EXIGIVEIS

11.3.1 DO(S) FUNDAMENTOS PARA CONTRATAÇÃO

Justifica-se a indicação de contratação por meio de **PREGÃO**, no formato **ELETRÔNICO**, com critério de julgamento da proposta por **MENOR PREÇO**, por **ITEM**, pela natureza comum do objeto de contratação.

11.3.2 DA RAZÃO PELA ESCOLHA DO FORNECEDOR(A)

Não se aplica

11.3.3 DA RAZÃO DAS EMPRESAS COTADAS NA PESQUISA DE PREÇOS

Para realizar a pesquisa de preços, foram contatadas empresas situadas no município de Dois Vizinhos/PR, e Pato Branco/PR, sendo adotado como critério de apuração a média dos preços, entre os orçamentos.

Foi adotado critério de apuração de **MÉDIA DE PREÇOS** entre os orçamentos, conforme Mapa de Apuração e orçamentos em anexo.

11.3.3.1 MAPA DE APURAÇÃO

Segue o **MAPA DE REFERÊNCIA**, devidamente elaborado pela Divisão de Orçamento, sob a responsabilidade do Sr. Paulo Duarte da Silva.

ITEM	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD	MÉDIA SIMPLES	Valor Global

1	CONTRATAÇÃO DE VAN DE NO MÍNIMO 20 LUGARES LINHA UNISEP - UNIOESTE – UTFPR E UNIPAR NA CIDADE DE FRANCISCO BELTRÃO NOTURNO, início das aulas na UNISEP, Francisco Beltrão 19h15min às 22h45min, UNIPAR, Francisco Beltrão 19h às 22h45min, SESI/SENAI, início às 19h as 22h30min. UNIOESTE, início às 19h15min ás 22h45min. UTFPR, início às 19h30min término às 23 horas. Saindo do Posto Lourenço de São Jorge D´Oeste com destino as Faculdade em Francisco Beltrão. Roteiro 1: Saída do posto Lourenço às (17h30min), parada no Portal, entrada do CTG, Posto Coasul, Ponto de ônibus do Loteamento Batistella, no Trevo da entrada para o Limeira, segue pela PR 281, passando por Dois Vizinhos, parada no posto Bianco e segue até as Faculdades, UNISEP, chegando às 18h35min horas, passando pelo SESI/SENAI, ESSEI, UNIOESTE, CESUL, UNIPAR e UTFPR. Roteiro 2: Retorno às 23h da UTFPR, seguindo até UNIPAR, CESUL, UNIOESTE, ESSEI, seguindo até SESI/SENAI, UNISEP, voltando para São Jorge D´Oeste pela PR 281, chegando a São Jorge com paradas no Trevo de acesso, Ponto de ônibus do Loteamento Batistella, Posto Coasul, entrada do CTG, em frente à lanchonete vento Sul. Final da linha por volta das 00:30 horas. Alunos que residem no Distrito de Paranhos faz baldeação com a linha 13 PATO BRANCO, e seguem até o Distrito. Percurso Rodado 187 km. "LINHA GEOREFERENCIADA TOTAL DA LINHA 187 km dia" Conforme documentos em anexo. "CONTRATAÇÃO DE VAN DE NO MÍNIMO 20 LUGARES COM NO MÁXIMO DE 15 ANOS DE FABRICAÇÃO". TOTAL DE KM A SER CONTRATADO 187 KM POR DIA 220 DIAS LETIVOS.	KM	41140	R$ 4,19	R$ 172.376,60
Responsavel pela cotação				**TOTAL:**	**R$ 172.376,60**

Município de SÃO JORGE D'OESTE
Estado do Paraná www.pmsjorge.pr.gov.br / CNPJ 76.995.380/0001-03

MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS DA PESQUISA DE MERCADO

OBJETO: TRANSPORTE ACADEMICO

	NOME DA EMPRESA	CNPJ	Observação
COTAÇÃO 1	LARATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA	43.926.398/0001-07	11/07/24
COTAÇÃO 2	SOLETUR TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA	23.585.184/0001-92	11/07/24
COTAÇÃO 3	IDD COMERCIO E TRANSPORTES LTDA	29.712.514/0001-51	10/07/24

ITEM	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD	COT 1	COT 2	COT 3	MENOR PREÇO	MAIOR PREÇO	MÉDIA SIMPLES	VALOR R$ Valor Global
1	CONTRATAÇÃO DE VAN DE NO MINIMO 20 LUGARES. LINHA UNISEP - UNIOESTE – UTFPR E UNIPAR NA CIDADE DE FRANCISCO BELTRÃO NOTURNO, inicio das aulas as UNISEP, Francisco Beltrão 19h15min às 22h45min, UNIPAR, Francisco Beltrão 19h às 22h45min, SESI/SENAI, inicio às 19h às 22h30min. UNIOESTE, inicio às 19h15mas às 22h45min. UTFPR, inicio às 19h30min término às 23 horas. Saindo do Posto Lourenço de São Jorge D'Oeste com destino as Faculdade em Francisco Beltrão Roteiro 1: Saida do posto Lourenço às (17h30min), parada no Portal, entrada do CTG, Posto Consul, Ponto de ônibus do Loteamento Batistella, no Trevo da entrada para o Limeira, segue pela PR 281, passando por Dois Vizinhos, parada no posto Branco e segue até as Faculdades, UNISEP, chegando às 18h35min horas, passando pelo SESI/SENAI, ESSFI, UNIOESTE, CESUL, UNIPAR e UTFPR. Roteiro 2: Retorno às 23h do UTFPR, seguindo até UNIPAR, CESUL, UNIOESTE, ESSFI, seguindo até SESI/SENAI, UNISEP, voltando para São Jorge D'Oeste pela PR 281, chegando a São Jorge com paradas no Trevo de acesso, Posto de ônibus do Loteamento Batistella, Posto Consul, entrada do CTG, em frente à lanchonete vento Sol. Final da linha por volta das 00:30 horas. Alunos que residem no Distrito de Parashos faz baldeação com a linha 13 PATO BRANCO, e seguem até o Distrito. Percurso Rodado 187 km "LINHA GEORREFERENCIADA	KM	41140	4,35	4,30	4,01	4,01	4,35	4,19	172.376,60

Responsavel pela cotação

PAULO DUARTE DA SILVA

OBS: FOI REALIZADO PESQUISA DE PREÇO EM EMPRESAS DO MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS - PR E PATO BRANCO - PR. FOI ADOTADO CRITERIO DE APURAÇÃO MÉDIA DE PREÇO ENTRE OS ORCAMENTOS.

São Jorge D'Oeste, 11 JULHO de 2024.

APROVAÇÃO: TOTAL: 172.376,60

[ ] COMPRA DIRETA
[ ] CONTRATO
[X] LICITAÇÃO

ASSINATURA DO RESPONSAVEL

12. ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Não se aplica.

13. PRAZO DE VIGÊNCIA E PECULIARIDADES DO QUANTITATIVO DO CONTRATO.

13.1 Mesmo que se trata de objeto que possui natureza contínua, **O PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO SERÁ DE 1 (um) ANO**, (12 (doze) meses), a contar da assinatura do contrato.

13.2 Será admitido nos termos da minuta padrão do contrato, o acréscimo quantitativo, se no decorrer do período de vigência do contrato, se manifestar necessário.

14. INFORMAÇÕES PARA CONFECÇÃO DO EDITAL E/OU CONTRATO

14.1 DO IMPEDIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

14.1.1 As condições de entrega dos produtos/ou realização dos serviços, objetos deste procedimento, deverão ser devidamente destacadas, para que as empresas que desejarem participar tenham conhecimento das reais necessidades da administração.

14.1.2 Não será permitida a participação de empresas sob regime de consórcio. É vedada a participação de empresa em consórcio, tendo em vista a simplicidade da contratação, e por não se tratar de licitação de alta complexidade.

14.1.3 Independentemente de quantas sedes ou unidades de atendimento permanentes a pessoa jurídica ou o seu grupo econômico possuam, e indiferentes as suas localizações, somente será admitido a proposta de apenas uma unidade por grupo econômico, para fins de aumentar a competitividade.

14.1.3.1 Presumem-se integrantes do mesmo grupo econômico:

a) as empresas controladoras, controladas ou coligadas;

b) a pessoa jurídica que possua como sócio, administrador ou não, a mesma pessoa física que seja sócia-administradora, ou sócia majoritária, ou sócia exclusiva de outra pessoa jurídica interessada no certame;

c) a pessoa jurídica que possua como sócio, administrador ou não, o cônjuge, o companheiro, ou os filhos do sócio(a)-administrador(a), ou o sócio majoritário, ou do sócio exclusivo da pessoa jurídica interessada no certame;

d) outras hipóteses em que se identifica a relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, entre duas pessoas jurídicas interessadas no certame.

15 DOS DOCUMENTOS DE HABILTAÇÃO EXIGÍVEIS

15.1 As empresas que tiverem interesse em participar do processo licitatório, deverão apresentar os seguintes documentos **válidos:**

15.1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

c. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

d. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

e. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

f. Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e todas as alterações ou Contrato Social Consolidado, no caso de empresa Ltda, ou Estatuto, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou Ato Constitutivo, devidamente registrado;

g. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

15.1.2 REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

b. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

c. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

d. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

e. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

f. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

g. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

15.1.3 REGULARIDADE TÉCNICA:

Condições descritas nos itens **4.1.1** - **4.1.2** e **6.2.9** deste documento.

15.1.4 FORMATO DOS DOCUMENTOS

A apresentação da documentação listada acima será aceita somente em formato digital, nos limites temporais admitido no edital.

16. DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

6.1 Declaro estar ciente de todas as implicações pelas informações prestadas no presente Termo de Referência e em relação a elas assumimos de forma solidária a responsabilidade.

Elaborado em: 18 de julho de 2024
Aprovado em: 18 de julho de 2024

Clodoaldo Blank
Agente de Licitações

Alice de Fatima Agostini Parcianello
Fiscal Administrativo
Decreto nº 4.358/2024

CLARICE MADALENA SCHMITT AUGUSTIN
Secretária de Educação, Cultura e Esportes
Designada pelo Decreto n° 4104/2024

LEANDRO PAGLIARI JACOBS
Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças
Decreto nº . 4.095/2024

EDITAL DE PREGÃO Nº 9000x/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº xx/2024
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte de alunos universitários para a cidade de Francisco Beltrão, com veículo que deverá seguir as orientações do detran, denatran e contran, bem como legislaçao pertinente, para atender a Lei 779/2017 e socilitação da Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças do Município de São Jorge D'Oeste - Pr.

ANEXO – II
MODELO DE PROPOSTA

(uso obrigatório por todas as licitantes)
(papel timbrado da licitante)

A empresa ....., estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrôico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representada por ....., cargo, RG....., CPF , (endereço), vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital de Pregão Eletrônico nº 9000x/2024 em epigrafe que tem por objeto **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte de alunos universitários para a cidade de Francisco Beltrão, com veículo que deverá seguir as orientações do detran, denatran e contran, bem como legislaçao pertinente, para atender a Lei 779/2017 e socilitação da Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças do Município de São Jorge D'Oeste - Pr**, conforme segue:

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R$
1	xx	xx	xx	R$

Informar Valor total R$...

A validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública de PREGÃO ELETRÔNICO.

1. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

2. Responsável pela assinatura do contrato ou da Ata de Registro de Preços:

- Nome: .....
- CPF: .....
- Endereço:
- Telefone:
- e-mail:

....., ..., ...de 2024.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa Nome

EDITAL DE PREGÃO Nº 9000x/2024 **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº** xx/2024 **MODALIDADE:**
PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte de alunos universitários para a cidade de Francisco Beltrão, com veículo que deverá seguir as orientações do detran, denatran e contran, bem como legislaçao pertinente, para atender a Lei 779/2017 e socilitação da Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças do Município de São Jorge D'Oeste - Pr.**

ANEXO – III

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, o MUNÍCIPIO DE SÃO JORGE D'OESTE, com sede na Avenida Iguaçu, 281, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.995.380/0001-03, neste ato representado neste ato representado pela Prefeita Municipal a Sra. Leila da Rocha, inscrito no CPF sob o nº 619.981.099-68 e abaixo assinado, doravante designado CONTRATANTE e de outro ..... , inscrita no CNPJ sob o nº , com sede na cidade de ....., doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas a`s normas da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente contrato em decorrência da licitação realizada através do **Pregão Eletrônico nº 9000x/2024**, mediante as seguintes claúsulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente termo é **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte de alunos universitários para a cidade de Francisco Beltrão, com veículo que deverá seguir as orientações do detran, denatran e contran, bem como legislaçao pertinente, para atender a Lei 779/2017 e socilitação da Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças do Município de São Jorge D'Oeste - Pr**, conforme a seguir:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1							
2							

PARÁGRAFO ÚNICO - Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: o Termo de Referência, o Edital do Pregão Eletrônico nº 9000x/2024, a proposta da CONTRATADA e eventuais anexos dos documentos citados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente contrato está sendo firmado com fundamento na Lei nº 14.133/21, e de acordo com as conclusões do Pregão Eletrônico nº 9000x/2024, aplicando-se, ainda, os princípios inerentes aos contratos administrativos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO REAJUSTE

O preço ajustado para o objeto é de R$.....( ).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto do presente contrato será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, bem como demais encargos inerentes e necessários para a completa execução das suas obrigações assumidas pelo presente contrato, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos ou executados.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado.

PARÁGRAFO QUARTO - Após o interregno de 01 (um) ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice IPCA ou INPC o que representar maior vantagem ao contratante.

PARÁGRAFO QUINTO - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

PARÁGRAFO SEXTO - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal, acompanhada pela nota de empenho, devidamente assinada pelo fiscal designado pelo CONTRATANTE e acompanhada ainda das CND's FGTS, TRABALHISTA e FEDERAL e após o recebimento definitivo do objeto, através de transferência eletrô nica

para a conta bancária da CONTRATADA indicada pela mesma.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Caberá à CONTRATADA apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades previstas na Claúsula Nona.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal apresentada ou em caso de descumprimento pela CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades pertinentes a este contrato, o prazo constante do *caput* da Claúsula Quarta poderá ser suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

PARÁGRAFO QUARTO - Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano.

PARÁGRAFO QUINTO - O CONTRATANTE efetuará o desconto dos impostos do valor contratado, conforme legislação vigente.

PARÁGRAFO SEXTO – Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o edital do Pregão Eletrônico nº 9000x/2024 e consequente contrato, são provenientes de Recursos próprios do Município. Os recursos orçamentários correrão por conta da seguinte dotação:

Dotações					
Exercício da despesa	**Conta da despesa**	**Funcional programática**	**Fonte de recurso**	**Natureza da despesa**	**Grupo da fonte**
2024	**1730**	**07.001.04.122.0004.2026**	**0**	**3.3.90.33.00.00**	**Do Exercício**
2024	**1740**	**07.001.04.122.0004.2026**	**504**	**3.3.90.33.00.00**	**Do Exercício**
2024	**1750**	**07.001.04.122.0004.2026**	**1045**	**3.3.90.33.00.00**	**Do Exercício**
2024	**1990**	**07.001.04.122.0004.2027**	**0**	**3.3.90.33.00.00**	**Do Exercício**

PARÁGRAFO SÉTIMO - A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência do contrato as condições de habilitação especificadas no edital.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do

contrato, na forma do art. 105 da Lei nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS MATERIAIS OU DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA deverá executar o objeto deste instrumento respeitando as condições estabelecidas no Termo de Referência, no Edital do Pregão Eletrônico nº 9000x/2024, na proposta da CONTRATADA e eventuais anexos dos documentos citados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os serviços serão programados, autorizados e coordenados pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, de acordo com o calendário acadêmico do ano de 2024.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os serviços deverão ser prestados confore Termo de Referência.

PARÁGRAFO TERCEIRO - **Local e horário da Entrega/Execução**: LINHA UNISEP - UNIOESTE – UTFPR E UNIPAR NA CIDADE DE FRANCISCO BELTRÃO NOTURNO, início das aulas na UNISEP, Francisco Beltrão 19h15min às 22h45min, UNIPAR, Francisco Beltrão 19h às 22h45min, SESI/SENAI, início às 19h as 22h30min. UNIOESTE, início às 19h15min ás 22h45min. UTFPR, início às 19h30min término às 23 horas. Saindo do Posto Lourenço de São Jorge D´Oeste com destino as Faculdade em Francisco Beltrão.
Roteiro 1: Saída do posto Lourenço às (17h30min), parada no Portal, entrada do CTG, Posto Coasul, Ponto de ônibus do Loteamento Batistella, no Trevo da entrada para o Limeira, segue pela PR 281, passando por Dois Vizinhos, parada no posto Bianco e segue até as Faculdades, UNISEP, chegando às 18h35min horas, passando pelo SESI/SENAI, ESSEI, UNIOESTE, CESUL, UNIPAR e UTFPR.
Roteiro 2: Retorno às 23h da UTFPR, seguindo até UNIPAR, CESUL, UNIOESTE, ESSEI, seguindo até SESI/SENAI, UNISEP, voltando para São Jorge D´Oeste pela PR 281, chegando a São Jorge com paradas no Trevo de acesso, Ponto de ônibus do Loteamento Batistella, Posto Coasul, entrada do CTG, em frente à lanchonete vento Sul. Final da linha por volta das 00:30 horas. Alunos que residem no Distrito de Paranhos faz baldeação com a linha 13 PATO BRANCO, e seguem até o Distrito.

PARÁGRAFO QUARTO - No caso de produto(s), a CONTRATADA fornecerá o(s) mesmo(s) conforme a(s) marca(s) e especificação(ões) discriminada(s) em sua proposta, acompanhados de nota fiscal contendo os nomes, as marcas, os lotes de fabricação e seus respectivos quantitativos.

PARÁGRAFO QUINTO - Por motivo de força maior e desde que seja do interesse do CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá entregar um item cuja marca seja diferente daquela especificada na proposta somente após análise técnica e autorização formal do CONTRATANTE mediante processo específico.

PARÁGRAFO SEXTO - Efetivada a entrega ou prestado o serviço, o objeto será recebido:

a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação concomitante da conformidade do material ou serviço com as exigências contratuais;
b) Definitivamente, pelo gestor do contrato ou da Ata, mediante termo hábil, após verificação do relatório detalhado e da documentação apresentada pelos fiscais do contrato ou da Ata.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Constatadas irregularidades no material entregue ou na prestação do serviço, o CONTRATANTE poderá:

a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, manifestando-se o gestor motivadamente sobre o assunto, cabendo à CONTRATADA providenciar a substituição em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito;
b) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, devendo a CONTRATADA fazê-lo em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, sem prejízo das penalidades cabíveis.

PARÁGRAFO OITAVO - Ao CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição de materiais ou serviços considerados inadequados pelo gestor.

PARÁGRAFO NONO - Independentemente da aceitação, a CONTRATADA garantirá a qualidade do produto fornecido ou serviço prestado pelo prazo estabelecido na respectiva garantia, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação do gestor.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

São obrigações do CONTRATANTE:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;
b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
c) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
e) Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente contrato e no Termo de Referência;

f) Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na Lei e neste contrato;
g) Providenciar a adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;
h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
i) A Administração terá o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da conclusão da instrução do requerimento, para decidir sobre todas as solicitações da CONTRATADA, inclusive pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
j) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de claúsulas contratuais;
k) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
l) Verificar, minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos ou serviços executados provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
m) Comunicar a CONTRATADA por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto executado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
n) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

a) Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, se for o caso, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90);
c) Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega ou execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

g) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os documentos de prova de regularidade especificados no Parágrafo Primeiro da Claúsula Quarta;

h) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

i) Comunicar ao Fiscal do contrato, imediatamente, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execuça˜o do objeto contratual;

j) Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

k) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

l) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em Lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133/2021);

m) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a claúsula acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021);

n) Guardar sigilo sobre todas as informaço˜es obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

o) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021;

p) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

q) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das claúsulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

r) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº

13.709/2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

s) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

t) Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

u) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

v) Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso, como já destacado anteriormente;

w) Deverá manter responsável técnico de plantão e/ou no local do evento, a fim de redimir problemas ou outras intercorrências.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES RELATIVAS A CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela CONTRATADA, que deverá fazer uso racional do consumo de energia e água, adotando medidas para evitar o desperdício e A CONTRATADA deverá:

a) Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujo(s) encarregado(s) deve(m) atuar como facilitador(es) das mudanças de comportamento.

b) Dar preferência à aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de àgua e que apresentem eficiência energética e redução de consumo.

c) Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas.

d) Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e água

e) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços.

f) Dar preferência a descarga e torneira com controle de vazão, evitando o desperdício de água.

g) Proporcionar treinamento periódico aos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

h) Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, crenças religiosas, orientação sexual ou estado civil na seleção de colaboradores no quadro da empresa.

i) Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços, como exige a Lei nº 9.985/00.
j) Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e/ou insumos que forem utilizados pela empresa na prestação dos serviços, inclusive os potencialmente poluidores, tais como, pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis, pneumáticos inservíveis, produtos e componentes eletroeletrônicos que estejam em desuso e sujeitos à disposição final, considerados lixo tecnológico.
k) É proibido incinerar qualquer resíduo gerado.
l) Não é permitida a emissão de ruídos de alta intensidade.
m) Priorizar a aquisição de bens que sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável.
n) Priorizar o aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidraúlico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento; a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

PARÁ GRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA deverá observar no que couber, durante a execução contratual, critérios e práticas de sustentabilidade, como:
a) Dar preferência a envio de documentos na forma digital, a fim de reduzir a impressão de documentos;
b) Capacitar seus empregados, orientando que os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, àreas de "bota fora", encostas, corpos d´água, lotes vagos e àreas protegidas por Lei, bem como em àreas não licenciadas;
c) Armazenar, transportar e destinar os resí´duos em conformidade com as normas técnicas específicas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

O contrato deveraá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as claúsulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As comunicações entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A CONTRATADA deverá indicar preposto, durante o período de vigência, para representá- la sempre que for necessário.
PARÁGRAFO QUARTO – A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos

trabalhistas, fiscais e comerciais não transferiraá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

PARÁGRAFO QUINTO - O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

PARÁGRAFO SEXTO - O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

PARÁGRAFO SÉTIMO - O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

PARÁGRAFO OITAVO - Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

PARÁGRAFO NONO - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em

tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A **GESTÃO** do presente contrato ficará a cargo do responsável pela Secretaria Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças, Leandro Pagliari Jacobs, inscrito no CPF/MF sob o nº 078.566.519-62.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - A **FISCALIZAÇÃO** da execução do presente contrato será exercida pelos servidores designados pelo Decreto 4116/2023.

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
b) Der causa a à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços pú blicos ou ao interesse coletivo;
c) Der causa à inexecução total do contrato;
d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV - Multa:

1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
   1.a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas claúsulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" até "h" do *caput* da Claúsula Nona, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do *caput* da Claúsula Nona, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
5. Compensatória, para infração descrita na alínea "b" do *caput* da Claúsula Nona, a multa será de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.
6. Compensatória, para a infração descrita na alínea "a" do *caput* da Claúsula Nona, a multa será de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.
7. Compensatória, para infrações descritas na alínea "d" do *caput* da Claúsula Nona, a multa será de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO TERCEIRO - Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021), sendo que a somatória das multas previstas acima não poderá ultrapassar ao percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUINTO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SEXTO - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a diferença da multa não descontada das faturas devidas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Se os valores das faturas forem insuficientes ou inexistentes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importâ ncia de multa aplicada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.

PARÁGRAFO OITAVO - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaraça˜o de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO NONO - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes, como o caráter educativo da pena e a reincidência de transgressões por parte da CONTRATADA;
d) Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (**CEIS**) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (**CNEP**), conforme art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021, assim como as sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (**SICAF**) e no Tribunal de Contas do Estado do Paraná (**TCE-PR**).

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões contratuais que se fizerem necessárias em até

25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO QUARTO - Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá o CONTRATANTE providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando a não conclusão do contrato referida no Parágrafo anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:

a) Ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
b) Poderá o CONTRATANTE optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em Lei para a continuidade da execução contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUARTO - Para a extinça˜o contratual, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

PARÁGRAFO QUINTO - Se houver alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa sem restringir sua capacidade de concluir o contrato, deverá ser realizado termo aditivo para formalizar a alteração.

PARÁGRAFO SEXTO - A extinça˜o do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por

meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021), sendo que o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº. 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SE' TIMO - O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do ótgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE

Incumbiraé ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO TRATAMENTO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

As partes se obrigam a observar fielmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e de livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais a que tiverem acesso em razão da execução do presente ajuste.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA declara que tem ciência dos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e, nas situações em que houver o compartilhamento de dados pessoais pelo CONTRATANTE, compromete-se a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal compartilhado em decorrência da execução deste ajuste para finalidade distinta daquela do objeto da presente contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – compartilhados em decorrência da execução deste ajuste, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteça˜o de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o compartilhamento das informações a outras empresas ou pessoas, salvo o decorrente de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do presente ajuste.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

PARÁGRAFO QUINTO - Descumprimentos havidos em razão do uso inadequado ou ilícito em relação aos dados pessoais serão apurados conforme estabelecido neste ajuste e nos termos do que dispõe m a Seção III, Capítulo VI e o art. 52 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de São João, estado do Paraná para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/21.

São Jorge D'Oeste, xxx de xxxxx de 2024.

PREFEITA MUNICIPAL
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

EDITAL DE PREGÃO Nº 9000x/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº xx/2024
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte de alunos universitários para a cidade de Francisco Beltrão, com veículo que deverá seguir as orientações do detran, denatran e contran, bem como legislaçao pertinente, para atender a Lei 779/2017 e socilitação da Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças do Município de São Jorge D'Oeste - Pr.

ANEXO - IV

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

(papel timbrado da licitante)

Ao pregoeiro e equipe de apoio
Prefeitura Municipal de São Jorge D`Oeste, Estado do Paraná
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00X/2024

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14**, que no ano calendario vigente não atingiu ou extrapolou os limites estabelecidos no Art. 4º § 2º da Lei Federal 14.133/2021, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento.

*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa e não tenha atingido no ano calendário os limites estabelecidos no Art. 4º § 2º.

1) Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

2) Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso III, do artigo § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3) Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº ..... e CPF nº ....., cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura do contrato.**

5) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que o Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:
Telefone: ()

6) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

7) Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do **contrato**, referente ao Pregão Eletrônico n.º **Nº** 90039/2024 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

....., ..., ... de 2024.
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)

EDITAL DE PREGÃO Nº 9000x/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº xx/2024
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte de alunos universitários para a cidade de Francisco Beltrão, com veículo que deverá seguir as orientações do detran, denatran e contran, bem como legislaçao pertinente, para atender a Lei 779/2017 e socilitação da Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças do Município de São Jorge D'Oeste - Pr.

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DO MOTORISTA

À Comissão de Licitação

Referente: Edital de Pregão Eletrônico nº. xx/2024

Conforme o disposto no edital em epígrafe, declaramos que o motorista responsável pelos serviços, caso venhamos a vencer a referida licitação, é:

Nome	Roteiro	Data do registro	Assinatura

(local e data)

(nome, RG e assinatura do representante legal)

PARECER JURÍDICO Nº 082/2024 – PROJUR

INTERESSADO: EXECUTIVO MUNICIPAL
ASSUNTO: *PREGÃO ELETRÔNICO/RP N. X/2024*
VALOR ESTIMADO: R$172.376,60

I- RELATÓRIO

Trata o presente expediente de processo administrativo que tem por finalidade a aquisição a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte de alunos academicos para a cidade de Francisco Beltrão, com veículo que deverá seguir as orientações do detran, denatran e contran, bem como, bem como a legislação pertinente, para atender a Lei 779/2017.**

O feito veio para análise da minuta do edital de licitação elaborado pela equipe de licitações e indica a modalidade de licitação pregão eletrônico, conforme justificativa e especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos.

Os seguintes documentos encontram-se anexos:

I) Documento de formalização da demanda;
II) Pesquisa de mercado com cotações de preços;
III) Manifestação quanto a existência de recursos Orçamentários;
IV) Estudos técnicos preliminares;
V) Termo de referência;
VI) Autorização da autoridade competente – Executivo Municipal
VII) Minuta do Edital, contrato e anexos.

É a síntese do que interessa. Veio o feito para análise Jurídica nos termos do artigo 53 da Lei 14.133/21 e Decreto Municipal 3927/23.

II- ANÁLISE JURÍDICA - CONTROLE PRÉVIO DE LEGALIDADE

A presente análise jurídica tem por foco assistir a autoridade máxima no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC):

> Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

> § 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:
> I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;
> II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.

Desta feita o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade. Quanto a isso importante destacar o Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União:

> Enunciado BPC nº 7
> A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos.

De outro viés, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, a cada um destes observar se os seus atos estão abrangem suas competências.

Finalmente, deve-se salientar que tais observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as

questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

O artigo 18 e incisos da Lei nº 14.133/2021 estabelece todos os elementos que devem ser compreendidos nos autos do processo de contratação pública, senão vejamos:

> Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:
> I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;
> II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, *conforme o caso;*
> III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;
> IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para suaformação;
> V - a elaboração do edital de licitação;
> VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;
> VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;
> VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
> IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativade exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;
> X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;
> XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

Some-se a isso que o regulamento próprio do Municipio consubstanciado no Decreto 3927/23, especificamente artigo 75 prevê, quanto a fase preparatória: